UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL

Mila Fonteles Barbosa Ferreira Costa

HABITAÇÃO RURAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL – UM ESTUDO SOBRE A APLICAÇÃO SUSTENTÁVEL DO PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL NO MUNICÍPIO DE NOVA OLINDA/CE

JUAZEIRO DO NORTE – CEARÁ

Fevereiro/2018

Mila Fonteles Barbosa Ferreira Costa

HABITAÇÃO RURAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL – UM ESTUDO SOBRE A APLICAÇÃO SUSTENTÁVEL DO PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL NO MUNICÍPIO DE NOVA OLINDA/CE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável, da Universidade Federal do Cariri, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável.

Orientadora: Profª Drª Celme Torres Ferreira da Costa

JUAZEIRO DO NORTE – CEARÁ

Fevereiro/2018

Mila Fonteles Barbosa Ferreira Costa

HABITAÇÃO RURAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL – UM ESTUDO SOBRE A APLICAÇÃO SUSTENTÁVEL DO PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL NO MUNICÍPIO DE NOVA OLINDA/CE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável, da Universidade Federal do Cariri, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável.

Orientadora: Profª Drª Celme Torres Ferreira da Costa

Aprovada em: 26 / 02 / 2018

BANCA EXAMINADORA

Celme Torres Costa.

Profa. Dra. Celme Torres Ferreira da Costa - Orientadora

Universidade Federal do Cariri (UFCA)

Rebeca da Rocha Grangeiro.

Profa. Dra. Rebeca da Rocha Grangeiro

Universidade Federal do Cariri (UFCA)

Girlaine S. S. Alencar.

Profa. Dra. Girlaine Souza da Silva Alencar

Instituto Federal do Ceará (IFCE)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Cariri
Sistema de Bibliotecas

C87h Costa, Mila Fonteles Barbosa Ferreira.

Habitação rural e desenvolvimento regional: um estudo sobre a aplicação sustentável do Programa Nacional de Habitação Rural no município de Nova Olinda – CE/ Mila Fonteles Barbosa Ferreira Costa. – 2018.

91 f.: il.; color.; enc. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Cariri, Centro de Ciências Agrárias e Biodiversidade, Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável, Crato, 2018.

Área de Concentração: Ambiente e Desenvolvimento Regional Sustentável.

Orientação: Profª. Dra. Celme Torres Ferreira da Costa.

1. Políticas Públicas. 2. Política habitacional. 3. Programa Minha Casa Minha Vida. 4. Programa de Governo. 5. Baixa renda. I. Título.

CDD 363.58098131

Bibliotecário: João Bosco Dumont do Nascimento – CRB 3/1355

Aos Beneficiários do Programa Nacional de Habitação Rural no Brasil.

“Há um vilarejo ali, onde areja um vento bom na varanda, quem descansa vê o horizonte deitar no chão. Pra acalmar o coração, lá o mundo tem razão, terra de heróis, lares de mãe, paraíso se mudou para lá. Por cima das casas, cal, frutas em qualquer quintal, peitos fartos, filhos fortes, sonhos semeando o mundo real (...)”.

Arnaldo Antunes

AGRADECIMENTOS

Há seis anos a vida me trazia para a região do Cariri mais uma vez. Mal sabia que dessa vez, de uma forma diferente, o que me inspirou a olhar para essas bandas de uma forma também diferente. Nesse tempo, pude sentir o abraço de uma terra cheia de oportunidades para mim e para minha família, até então formada por apenas três membros, meu esposo, minha filha Lara, hoje com 10 anos, e eu.

A vontade de estudar continuamente me acompanha desde sempre, o que me inspirou a buscar outros horizontes a partir da minha chegada. Foi como conheci o PRODER, inicialmente pelo esforço no meu pai, professor Paulo Barbosa, que me inspira na prática da educação desde que me entendo por gente - professor exemplar aposentado da Universidade Federal do Ceará, mas também pelo incentivo do meu esposo, André Costa, arquiteto e professor (quanta ironia), que sempre acredita que eu posso ir além do que eu imagino ser possível. Amo vocês.

A minha chegada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável teve a benção de acontecer numa fase diferente da minha vida. Uma fase mais madura, mais consciente das possibilidades que o mestrado poderia trazer, não apenas para minha vida profissional e acadêmica, mas também para a sociedade que me rodeia. Nesse contexto, devo honra à minha orientadora, e pessoa espetacular, professora Dra. Celme Torres Ferreira da Costa, presente em todas as etapas nesses dois anos de caminhada e aprendizado e na construção dessa dissertação. Muito obrigada, professora. Levarei esse encontro por toda a vida.

Como suporte, em orações, palavras sábias, encorajamento, devo gratidão à minha mãe, também educadora, Gercina Barbosa, mulher sábia e admirável e à minha irmã, Melissa Guimarães, por todas as vezes que escutou as minhas preocupações e angústias e sempre me trouxe uma palavra de consolo e amor. Lara, minha menina, a ela devo a gratidão por seu amor, compreensão, por renunciar a um tempo precioso em família por conta das responsabilidades do mestrado e por acreditar em mim, por me dar sua admiração incondicional, que me faz querer ser melhor todos os dias.

Para abrilhantar essa caminhada, fui presenteada com uma gestação. Lívia, o quarto membro, resolveu vir em meio a uma realidade atribulada e com sua doçura me fez mãe novamente, aos quase 40 anos de idade, mas trazendo uma paz que só pode vir do alto. Obrigada filha, você foi o refrigério dos últimos dias.

Entrego ainda a minha gratidão aos grandes amigos que me foram suporte em todo o tempo: Francelina (o anjo que cuida de mim), Bilu (amiga de longas caminhadas), Suelena, Risomar, Jeferson, amigos da Faculdade Paraíso do Ceará e da UFCA, que fizeram dos meus dias mais fáceis e produtivos.

Deixo a minha profunda gratidão às professoras avaliadoras da minha banca. As considerações e correções são disciplinas necessárias para o meu crescimento como pesquisadora. Aos professores do PRODER, devo a honra de ter aberto os meus olhos para um novo horizonte de aprendizado de possibilidades de mudanças na realidade local e global.

À Andreia Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Nova Olinda/CE, meu muito obrigada. Não apenas pelo acesso a informações tão importantes para construção dessa pesquisa, mas por colocar as mãos no arado, por amar a comunidade que a cerca e por toda a gentileza em me fazer sentir parte de um projeto tão lindo e abençoador para as famílias beneficiadas pelo Programa Nacional de Habitação Rural na sua localidade.

À Deus, que me criou, sonhou com a minha existência e me capacita todos os dias a ser melhor, a superar obstáculos e me propiciou os encontros fortuitos como esses citados no texto, e tantos outros que me abençoam todos os dias.

Muito obrigada.

RESUMO

A habitação é um dos temas relativos à inclusão social e tem sido recorrente na última década pela projeção do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). A possibilidade ao acesso à casa própria apresenta ao brasileiro a possibilidade da transformação da sua realidade espacial, trazendo novos significados à sua existência através da construção civil. O Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), extensão do PMCMV destinada ao trabalhador rural, promove o acesso à habitação através da produção de unidades habitacionais novas ou da reforma daquelas já existentes. O objetivo do programa é claramente produzir no campo um contexto favorável à cidadania, visando conter o êxodo rural. Apesar da proposta de melhoria, o PNHR induz a uma modernização da situação do homem do campo, através da habitação em condições análogas àquelas percebidas na habitação urbana, fator que pode ser visto como algo bom ou ruim pelo indivíduo e família impactada. O objetivo geral desta pesquisa é identificar as etapas de aplicação do PNHR e as características que o classifiquem como um agente ativo do desenvolvimento regional rural, bem como, o seu viés sustentável para a gestão ambiental, cultural e social dos seus beneficiários. Para investigação, de forma descritiva e exploratória, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas, tendo como respondentes os beneficiários do PNHR em Nova Olinda/CE e os gestores do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (SINTRAF) e da Caixa Econômica Federal (CEF) que acompanham e auditam as obras. O PNHR, como ação governamental que assegura em suas premissas a preocupação com o desenvolvimento sustentável das regiões rurais, pode ser questionado quanto ao seu objetivo inicial e fundamental. A sua atuação pode, ainda, estabelecer uma interferência profunda no meio ambiente e convívio social, trazendo consequências imensuráveis ao indivíduo e sua relação com o seu habitat, em virtude de uma preocupação aparentemente econômica. Após análise dos dados, a pesquisa apresentou perfil sustentável do PNHR, indicando a satisfação dos seus beneficiários e nenhuma intenção em mudar de moradia após dois anos de uso, aproximadamente, e ainda a preocupação das demais partes responsáveis pela implantação do programa em promover ao trabalhador rural um ambiente propício à sustentabilidade econômica, ambiental, social e cultural.

Palavras-chave: Programa Minha Casa Minha Vida. Programa de governo. Baixa renda.

ABSTRACT

Housing is one of the themes related to social inclusion and has been recurring in the last decade for the projection of the Minha Casa Minha Vida Program (PMCMV). The access to a housing reality presents to the average low-class brazilian the possibility of transforming the spatial reality, bringing new meanings to his/her existence through civil construction. The National Rural Housing Program (PNHR), extension of the MCMV program for the rural worker, promotes access to housing through the production of new houses or the renovation of existing ones. The objective of this program is clearly to produce in the rural zone a favorable context for citizenship, aiming to contain the rural exodus. Despite the proposed improvement, the PNHR induces a modernization of the rural man's situation through housing in na analogic situation to those in urban sites, a factor that can be seen as something good or bad by the impacted individual and family. The general objective of this research is to identify the stages of application of the PNHR and the characteristics that classify it as an active agent of rural regional development, as well as its sustainable bias for the environmental, cultural and social management of its beneficiaries. For a descriptive and exploratory investigation, semi-structured interviews were conducted, with respondents as beneficiaries of the PNHR in Nova Olinda / CE and the managers of the Union of Family Farm Workers (SINTRAF) and Caixa Econômica Federal (CEF). accompany and audit the works. The PNHR, as a governmental action that assures in its premises the concern for the sustainable development of the rural regions, can be questioned as to its initial and fundamental objective. Its action can also establish a deep interference in the environment and social life, bringing immeasurable consequences to the individual and their relation to their habitat, due to a seemingly economic concern. After analyzing the data, the research presented a sustainable PNHR profile, indicating the satisfaction of its beneficiaries and no intention to change housing after approximately two years of use, as well as the concern of the other parties responsible for implementing the program in promoting the worker an environment conducive to economic, environmental, social and cultural sustainability.

Keywords: Minha Casa Minha Vida Program. Government program. Low income.

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	15
1.1	**Justificativa**	16
1.2	**Hipóteses**	17
1.3	**Objetivos**	18
2	**REFERENCIAL TEÓRICO**	19
2.1	**Desenvolvimento Regional Sustentável – Conceitos e Paradigmas**	19
2.2	**O Habitar**	27
2.3	**O Estado como Indutor do Desenvolvimento Regional**	29
2.4	**O Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR**	31
3	**METODOLOGIA**	35
3.1	**O Objeto**	35
3.2	**O Locus da Pesquisa de Campo – Nova Olinda/CE**	36
3.2	**O Método**	37
3.3	**Tipo e Natureza da Pesquisa**	38
3.4	**Instrumentos de Pesquisa**	38
3.5	**Análise dos Dados**	39
3.6	**Procedimentos Metodológicos**	39
4	**ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS NA PESQUISA**	41
4.1	**Análise de Conteúdo – Entrevistas em Profundidade**	41
4.2	**Análise Estatística – Questionário**	45
4.2.1	***Primeiro Bloco – Questões de Ordem Sociodemográfica***	46
4.2.2	***Segundo Bloco – Questões sobre o Entendimento de Sustentabilidade***	54
4.2.3	***Terceiro Bloco – Avaliação da Nova Moradia***	57
4.3	**Diagrama – A Sustentabilidade e o PNHR**	59
5	**CONSIDERAÇÕES FINAIS**	62
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		64
APÊNDICE I – Roteiros das Pesquisas		68
APÊNDICE II – Transcrição das Entrevistas em Profundidade		74
APÊNDICE III – Fotos		79
ANEXOS		83

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Dimensão Ambiental 24
FIGURA 2 – Dimensão Social 25
FIGURA 3 – Dimensão Econômica 26
FIGURA 4 – Dimensão Institucional 26
FIGURA 5 – Planta baixa da casa padrão – PNHR 32
FIGURA 6 – Mapa da RMC 36
FIGURA 7 – Tempo de Residência 47
FIGURA 8 – Localidade 47
FIGURA 9 – Mapa de Nova Olinda e Sítios – Zona Rural 48
FIGURA 10 – Faixa Etária 49
FIGURA 11 – Sexo 49
FIGURA 12 – Quantidade de Moradores por Habitação 50
FIGURA 13 – Escolaridade dos Respondentes 51
FIGURA 14 – Escolaridade do Pai 51
FIGURA 15 – Renda Individual 52
FIGURA 16 – Renda Familiar 52
FIGURA 17 – Condição no Domicílio 53
FIGURA 18 – Idosos na Moradia 53
FIGURA 19 – Crianças na Moradia 54
FIGURA 20 – Cômodos Utilizados como Dormitório 55
FIGURA 21 – Gastos Mensais com Luz e Água 56
FIGURA 22 – Indicadores de Qualidade de Vida 56
FIGURA 23 – Avaliação da Moradia - Médias 59
FIGURA 24 – Diagrama – A Sustentabilidade e o PNHR 60

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Beneficiários do PNHR 32
TABELA 2 – Avaliação da Moradia 57

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Visões para o Futuro 21
QUADRO 2 – Significado de Moradia (DESPRÉS, 1991) 28
QUADRO 3 – Análise de Conteúdo – Categorias 1 e 2 42
QUADRO 4 – Análise de Conteúdo – Categorias 3 e 4 44

LISTA DE SIGLAS

CEF – Caixa Econômica Federal

CMMAD – Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida

PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SINTRAF – Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar

1 INTRODUÇÃO

O Estado tem como função prioritária o desenvolvimento social e a garantia da dignidade do indivíduo. A inclusão social, como uma das esferas de atuação do Governo Federal, apresenta um universo de variáveis que a permeiam, todas elas com significativa interferência no cenário da desigualdade social.

A habitação é um dos temas relativos à inclusão e tem sido recorrente na última década pela projeção do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). A possibilidade ao acesso da casa própria apresenta ao brasileiro, não só a realização de um sonho comum, mas também a transformação da realidade espacial que o acompanha, ressignificando a sua existência e transformando o ambiente através dos espaços construídos, da construção civil. "O conceito da casa é duplo: por um lado, refere-se a uma construção para habitar um grupo, geralmente familiar; por outro lado, é uma construção simbólica, intermediária entre o corpo e a paisagem" (AGUIRRE, 1993, p. 96).

O Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), modalidade do PMCMV destinada ao homem do campo, promove o acesso à habitação digna e de qualidade através da produção de unidades habitacionais novas ou da reforma daquelas já existentes. O objetivo do programa é claramente produzir no campo um contexto favorável à cidadania, visando conter o movimento migratório aos centros urbanos, através da produção de unidades habitacionais. Apesar da proposta de melhoria, o PNHR induz a uma modernização da situação do homem do campo, através da habitação, fator que pode ser visto como algo bom ou ruim pelo indivíduo e família impactada.

Diante da necessidade do aceite por parte do indivíduo das mudanças estabelecidas pela ação do PNHR e buscando perceber a integralização dos objetivos planejados e a satisfação do beneficiário na entrega, faz-se necessário um estudo sobre o processo de implantação, desde a preparação das famílias até o recebimento do produto final, obra concluída, a fim de avaliar o resultado que se refere ao desenvolvimento regional e ações que remetam à sustentabilidade das propostas iniciais do programa – a permanência dos indivíduos na produção agrícola de forma sustentável, dos pontos de vista produtivo, ambiental e econômico. O desenvolvimento sustentável é aquele "que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades" (CMMAD, 1991, p. 46).

Surge a questão norteadora para essa pesquisa, que emerge da apreciação da temática maior sinalizada nas ações que direcionam o desenvolvimento regional sustentável no Cariri cearense: o Programa é executado em conformidade com o princípio da proposta inicial? Para

melhor entendimento do problema, serão pesquisadas as realidades de 50 famílias residentes em um empreendimento, com casas já construídas e entregues através do PNHR, no ano de 2015, na zona rural do município de Nova Olinda, Ceará. O empreendimento pesquisado foi escolhido por ter cumprido todas as suas etapas de implantação com êxito, sendo reconhecido pelo Governo Federal como modelo em suas práticas sociais e econômicas, uma vez que todas as casas propostas foram entregues conforme cronograma contratual e houve boa gestão da verba disponibilizada pelo PNHR.

1.1 Justificativa

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (1998), a população rural brasileira, em 1970, correspondia a 44% da população total. Desde então, a desruralização vem sendo progressiva, o que se deve, dentre outros fatores, ao movimento migratório, que contribui com maior força para diminuição crescente da população rural. Em texto para discussão publicado em 2014, o IPEA afirmou que os aglomerados rurais já concentravam apenas 20% da população rural brasileira, sendo 15% moradores de pequenos povoados, onde a terra não é de domínio de um único proprietário (IPEA, 2014).

O Brasil é líder mundial na produção e exportação de produtos agropecuários. De acordo com o Ministério da Agricultura, em sua página oficial[1], o país é o primeiro produtor e exportador de açúcar, etanol, café e suco de laranja, liderando também nas vendas de soja (óleo, grão e farelo). A projeção do Governo Federal é que até 2030, o Brasil comercialize um terço dos produtos agropecuários no mundo.

Criado em 2009, o Programa Nacional de Habitação Rural – extensão rural do Programa Minha Casa Minha Vida[2] – tomou forma e diretrizes adotadas atualmente, objetivando resolver o déficit habitacional rural. Os seus principais norteadores são: acesso à universalização da moradia; assentamento do homem do campo em espaço rural para manutenção das suas atividades; construção de moradias que apresentem aspectos relacionados à sustentabilidade ambiental (BRASIL - MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2013).

É clara a intenção do Estado em manter o homem do campo em seu habitat natural. Pode-se afirmar também que o êxodo rural, além de trazer múltiplos problemas às cidades, deixa

[1] (www.agricultura.org.br – 30/10/2015 – 09:26)
[2] Lei Federal n° 11.977, de 7 de julho de 2009, publicada no D.O.U. de 8 de julho de 2009

o ambiente rural carente da mão de obra agrícola e reduz a atividade da agricultura familiar. O PNHR, como ação governamental que assegura em suas premissas a preocupação com o desenvolvimento sustentável das regiões rurais, pode ser questionado quanto ao seu objetivo inicial e fundamental. A sua atuação pode, ainda, estabelecer uma interferência profunda no meio ambiente e convívio social, trazendo consequências imensuráveis ao indivíduo e sua relação com o seu habitat, em virtude de uma preocupação econômica.

> Geralmente, todos os principais programas de habitação aumentam os custos domésticos substancialmente, e quase todos aumentam significativamente o consumo de outros bens. O aumento do consumo doméstico é especialmente alterado nos primeiros anos após a mudança (OLSEN, 2003, p.73, tradução nossa).

A visão sustentável do programa deve demonstrar preocupação com as áreas da vida dos beneficiários que serão oneradas com a alteração, não apenas com a estrutura física da moradia, mas também com a sua forma de uso e consequente alteração nos custos de manutenção.

> Construir código de execução dá ao governo o poder de estabelecer padrões de qualidade para aqueles que procuram providenciar sua própria habitação; como consequência, existe o perigo de que sejam impostas normas urbanas ou de classe média em áreas rurais de baixa renda (ROSSER, 2006, p.7, tradução nossa).

A partir desses pressupostos, torna-se o PNHR alvo dessa pesquisa.

1.2 Hipóteses

Diante de uma pesquisa documental a partir de documentos, contemporâneos e retrospectivos, considerado cientificamente autênticos, pretende-se averiguar se as seguintes hipóteses compreendem a realidade do programa:

a) Em suas etapas, o PNHR mantém o pensamento sustentável, desde suas políticas até o uso de materiais e utilização do espaço;
b) Há um acompanhamento das famílias beneficiadas por profissional que se preocupa com o viés afetivo do desenvolvimento promovido pelo PNHR, apresentando preocupação com o homem do campo, tanto na entrega de um produto que seja de fato necessário no tempo

presente, quanto nos tempos futuros, quando precisará fazer uso de seus próprios recursos na manutenção da sua nova moradia;

c) O Programa cerca-se de medidas que, após a manutenção do homem em sua localidade rural de origem, auxiliem no desenvolvimento sustentável da sua atividade econômica inicial.

1.3 Objetivos

O objetivo geral desta pesquisa é identificar as etapas de aplicação do PNHR e as características que o classifiquem como um agente ativo do desenvolvimento regional rural, bem como, o seu viés sustentável para a gestão ambiental, cultural, econômica e social dos seus beneficiários. Para isso, é necessário o entendimento dos seguintes objetivos específicos:

(i) descrever as etapas de aplicação do PNHR para descoberta do seu viés sustentável;

(ii) conhecer o posicionamento das entidades envolvidas na aplicação do programa para melhor compreensão da sustentabilidade na sua execução; e

(iii) verificar se a entrega final do programa é compatível com os seus objetivos iniciais, sob o ponto de vista do desenvolvimento regional sustentável, através da satisfação dos seus beneficiários.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Almeja-se aqui a melhor compreensão sobre o tema Desenvolvimento Regional Sustentável, seus pilares e indicadores e sua atuação na gestão da produção/econômica, gestão ambiental e social. Será aberta, ainda, a discussão sobre seu viés afetivo, observando o possível impacto emocional causado nas famílias dos beneficiários.

Em seguida, será aberta uma sessão conceitual sobre o significado de habitar e seu simbolismo, bem como da sua aplicação como instrumento de convivência do homem em seu habitat rural. Será discutida ainda a relação do homem do campo com a própria edificação.

Finalizando o capítulo, os estudos serão direcionados para a investigação do papel do Estado como indutor do desenvolvimento regional. Haverá esclarecimento sobre o PNHR e suas etapas de implantação, bem como seu histórico e situação atual, além da apresentação do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do município de Nova Olinda, sua atuação e gestão das obras do PNHR na localidade.

2.1 Desenvolvimento Regional Sustentável – Conceitos e Paradigmas

O desenvolvimento regional sustentável, conceito em formação, tem sua construção em três conceitos distintos, compreendidos através da interdisciplinaridade proveniente da economia, geografia, biologia e ecologia, que alcança um entendimento maior que a soma de suas partes.

Decomposto e abordado parte a parte – desenvolvimento, regionalidade e sustentabilidade – o conceito atinge sua relevância na ligação e contextualização dos termos.

Segundo Ferreira (2010), desenvolvimento refere-se a crescimento, aprimoramento. Falar de desenvolvimento sugere a compreensão de etapas que levam à melhoria de uma situação anterior, sendo a posição futura planejada e desejada. A ideia de desenvolvimento local, ou regional, pressupõe o protagonismo de atores locais, com práticas que valorizam os saberes e produtos de uma localidade em especial, na composição do desenvolvimento, sinalizando e evidenciando o contexto e as caraterísticas de cada região (HESPANHA et al. apud AMARO, 2009).

A sustentabilidade pressupõe a ideia de sobrevivência humana: está centrada no pensamento de que para toda consequência existem causas e de que é possível antever os benefícios e malefícios das ações antrópicas sobre os vários cenários.

> A sustentabilidade deixou de ser um conceito bonito. Agora ela é uma necessidade. Pura questão de sobrevivência humana. Um desafio central que o século XXI enfrenta diante da usurpação dos recursos naturais. É preciso convergir os padrões culturais oriundos da Torre de Babel, para amenizar o fluxo global da sustentação humana. Afinal, se todos versam sobre a sustentabilidade, por que ainda a humanidade vive um conflito insustentável? (RECH apud BUTZKE e PONTALTI, 2014, p. 13).

Sendo assim, o termo "desenvolvimento sustentável" sugere um crescimento ou melhoria das condições para subsistência humana, de forma a garantir a sua própria sobrevivência ao longo do tempo. É preciso ter o pensamento presente alinhado com todas as possíveis consequências desencadeadas no futuro, das escolhas feitas hoje. Vale ainda ressaltar que o conceito não trata apenas de um olhar individualizado e egoísta, mas direcionado para o todo, já que não há sobrevivência sem o perfeito alinhamento entre todos os sistemas que compõem e geram saúde à natureza.

Para que a sustentabilidade aconteça, não apenas no contexto do desenvolvimento, mas de uma maneira generalizada, é preciso observar que ela deve adentrar as práticas humanas diárias, não podendo ser desvinculada de nenhum movimento antrópico, nem mesmo os mais rotineiros. Diz-se, portanto, que a complexidade dos assuntos voltados à sustentabilidade envolve mudanças, não apenas de comportamentos pontuais, mas de um pensamento filosófico sobre a humanidade e seu porvir.

Os estudos sobre desenvolvimento sustentável demonstram a preocupação com o futuro do planeta, como dito anteriormente e, consequentemente, de toda a vida que nele há, ou está por vir. Segundo Burstyn (2001), na virada do século XX para o século XXI, ficou evidente o papel da ciência. Mesmo não sendo um momento marcante de fatos históricos, a entrada do novo milênio trouxe uma preocupação legítima entre o legado deixado pelo século anterior e as

prospecções e projeções sobre o futuro de uma civilização que passou por um crescimento desordenado do ponto de vista da sustentabilidade.

O Quadro 1 demonstra as expectativas e visões dos analistas, pensadores e cientistas sobre o futuro aos finais dos séculos XIX e XX, deixando clara a desconexão entre aquilo que era esperado e as frustações deixadas pelo desenvolvimento da humanidade. Burstyn (2001) comenta ainda que, apesar da existência de fatores que suscitam o pessimismo para o século atual, há espaço para o otimismo:

> - a bomba demográfica foi desmontada;
> - o fim da guerra fria reduziu a corrida armamentista; e
> - as crises energéticas e de esgotamento de certos recursos naturais estimulou o desenvolvimento de processos produtivos menos intensivos e perdulários no uso de matérias primas e energia. (BURSTYN, 2001, p. 12).

Quadro 1: Visões para o futuro

Assunto	**Fim do século XIX**	**Fim do século XX**
Expectativa geral para o futuro	Otimismo	Pessimismo
Papel da ciência e da tecnologia	Forte crença na capacidade de resolução dos problemas	Desencanto e consciência da necessidade de precaução
Condições de vida	Perspectiva de bem-estar (welfare)	Um mal-estar pelo agravamento das carências
Instância reguladora	Crescentemente o Estado	Crescentemente o mercado
Relação entre os povos	Paz	Guerras
Relações entre os grupos sociais	Maior igualdade	Maior desigualdade
Economia	Forte crescimento	Crescimento lento, estagnação
Progresso	Promotor de riqueza	Causador de impactos ambientais
Mundo	Interdependência (mercado) e complementaridade	Globalização e exclusão de regiões “desnecessárias”

Fonte: Adaptado de Burstyn (2001).

Segundo conferência realizada pelo Ministério da Integração Nacional (2012), a consciência da sustentabilidade alinhada ao desenvolvimento fez com que o século XXI apresentasse novos segmentos de mercado, como alimentos, energias e outros bens, mais conscientes e com a marca da sustentabilidade socioambiental, além de esforços tecnológicos para práticas mais sustentáveis nos segmentos já existentes.

Entra em discussão o conceito do que é considerado regional, para o desenvolvimento sustentável. É importante perceber que a questão socioespacial não é o delimitador que impera nessa construção de limites. As relações econômicas e políticas constroem um contorno mais coerente ao logo do tempo (DESENVOLVIMENTO REGIONAL – BRASIL, 2010). Diante do

exposto, é adequado descrever o que é regionalmente compreendido como o espaço delimitado por características comuns e marcantes das relações econômicas e políticas, incluindo as sociais, que independem das fronteiras conhecidas geograficamente.

Desenvolvimento regional sustentável, após a compreensão dos conceitos que o integram, alocados no campo interdisciplinar das ciências e, somando a essa equação, a sensibilidade do olhar social, não apenas do ponto de vista físico, mas também afetivo, pode ser compreendido como: a tarefa de aproveitar os saberes e características de determinada região, nas mais diversas áreas científicas, para promover um crescimento suficiente para manutenção da vida e das relações do homem com seus pares e com seu meio, de forma perene, que possa produzir impacto às futuras gerações.

> Quando se pretende alcançar um processo de desenvolvimento que seja considerado sustentável, pressupõem-se ações conjuntas que visem não apenas o aspecto econômico, mas também uma distribuição socialmente justa dos resultados do progresso científico e tecnológico, bem como um processo produtivo que respeite o meio ambiente. É ainda fundamental o respeito à diversidade cultural das sociedades-alvo do processo (CHACON, 2007, p.124).

É sabido, no entanto, que a responsabilidade em promover desenvolvimento não é somente de cada indivíduo, habitante e participante do planeta. Apesar de responsabilidades individualizadas sobre os próprios atos e escolhas, as situações geradoras das oportunidades de escolha passam pelo Estado, por instituições governamentais ou não, por organizações políticas e sociais, dentre outras, tecendo um cenário onde a liberdade humana para opção pelo desenvolvimento é dependente e interdependente do comportamento social (SEN, 2010).

2.1.1 Pilares do Desenvolvimento Regional Sustentável e os Indicadores do Desenvolvimento

Em sua atuação, o desenvolvimento regional sustentável utiliza-se ainda do entendimento de que a sustentabilidade pode acontecer nas esferas econômica, ambiental e social.

Os estudos da sustentabilidade, além dos pilares acima citados, apresentam áreas específicas de estudo, para compreensão e análise da situação atual e suas tendências para um futuro próximo. Segundo Braga (et al., 2004), apesar do entendimento das dimensões discutidas através das esferas de atuação da sustentabilidade, há a necessidade de compreender a relação que existe entre tais esferas, que não funcionam de forma independente, mas que se relacionam e impactam-se mutuamente.

Leff (2009) propõe ainda a inserção da cultura como elemento equalizador entre os processos econômicos e ecológicos, adicionando a importância do conhecimento antropológico e etnológico às práticas de um grupo. O autor sugere, a partir daí, que a dinâmica impressa pelos pilares da sustentabilidade em uma região pré-determinada, está intimamente ligada à cultura da região, que dá razão e vazão ao comportamento social aceitável na localidade estudada.

Mahbud ul Haq, paquistanês, um dos arquitetos do Relatório sobre o Desenvolvimento Humano, publicado anualmente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, desde 1990, era convicto de que a renda *per capita*, principal indicador de avaliação de desenvolvimento à época, não era suficiente para retratar a realidade de uma região. Apesar de entender a precariedade de um indicador sintético, Haq insistia em derrubar a tirania da renda *per capita* e, mesmo sob rejeição de Amartya Sen, Prêmio Nobel de Economia de 1998, por suas contribuições sobre o desenvolvimento, acreditava que seria possível apresentar uma cifra única, mas que não fosse cega aos aspectos sociais da vida humana (VEIGA, 2010).

O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH propõe uma análise variada sobre os aspectos que compõem a vida humana, não analisando a distribuição de renda, já que ele é o resultado da média aritmética dos índices captados de renda, escolaridade e longevidade. Ora, aonde surgiria uma virtude, surge a dúvida: eliminam-se outras variáveis que apontam para o desenvolvimento - como acesso à moradia de qualidade, a saneamento e saúde básica, dentre outros - e aplica-se uma métrica entre três fatores que podem não caminhar em sincronia?

> Na concepção de Sen e Mahbud, só há desenvolvimento quando os benefícios do crescimento servem à aplicação das capacidades humanas, entendidas como o conjunto das coisas que as pessoas podem ser, ou fazer, na vida. E são quatro as mais elementares: ter uma vida longa e saudável, ser instruído, ter acesso aos recursos necessários a um nível de vida digno e ser capaz de participar da vida da comunidade (VEIGA, 2010, p. 85).

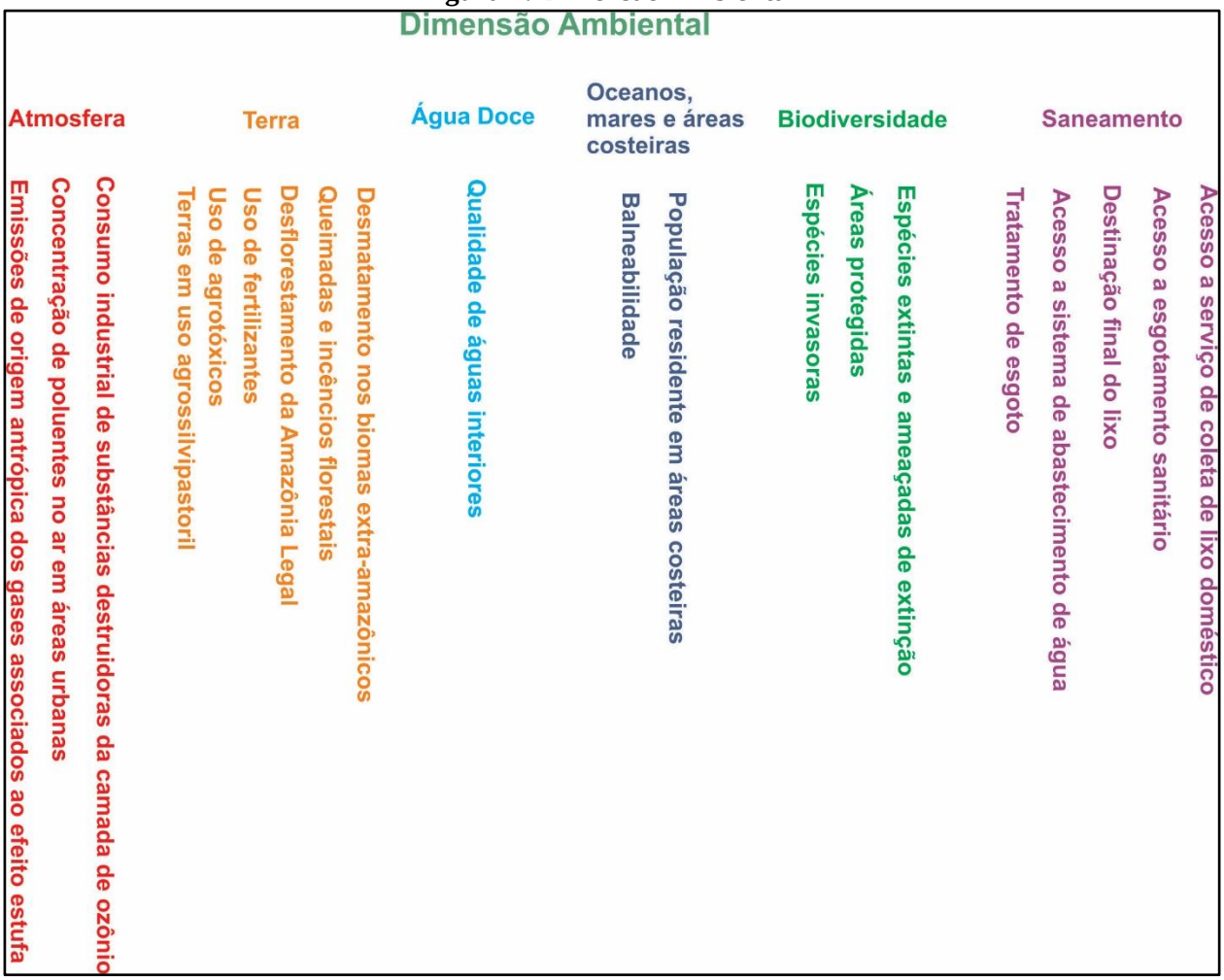
O IDH é ainda melhor descrito através do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, o IDHM, que apresenta a participação do município avaliado na média aritmética do estado onde está localizado, trazendo ainda um comparativo da realidade local frente a outras áreas.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE publica, periodicamente, estudo intitulado "Indicadores do Desenvolvimento Sustentável", que analisa diversos fatores pertinentes às dimensões ambiental, econômica, social e institucional do contexto brasileiro. Sachs (2009) contempla uma dimensão política da sustentabilidade que embasa o caráter institucional da sustentabilidade apresentada pelo IBGE.

Segundo o IBGE (2012), as dimensões citadas no estudo sugerem:

1) Dimensão ambiental: tem foco na preservação e conservação do meio ambiente, conforme sugere a Figura 1.

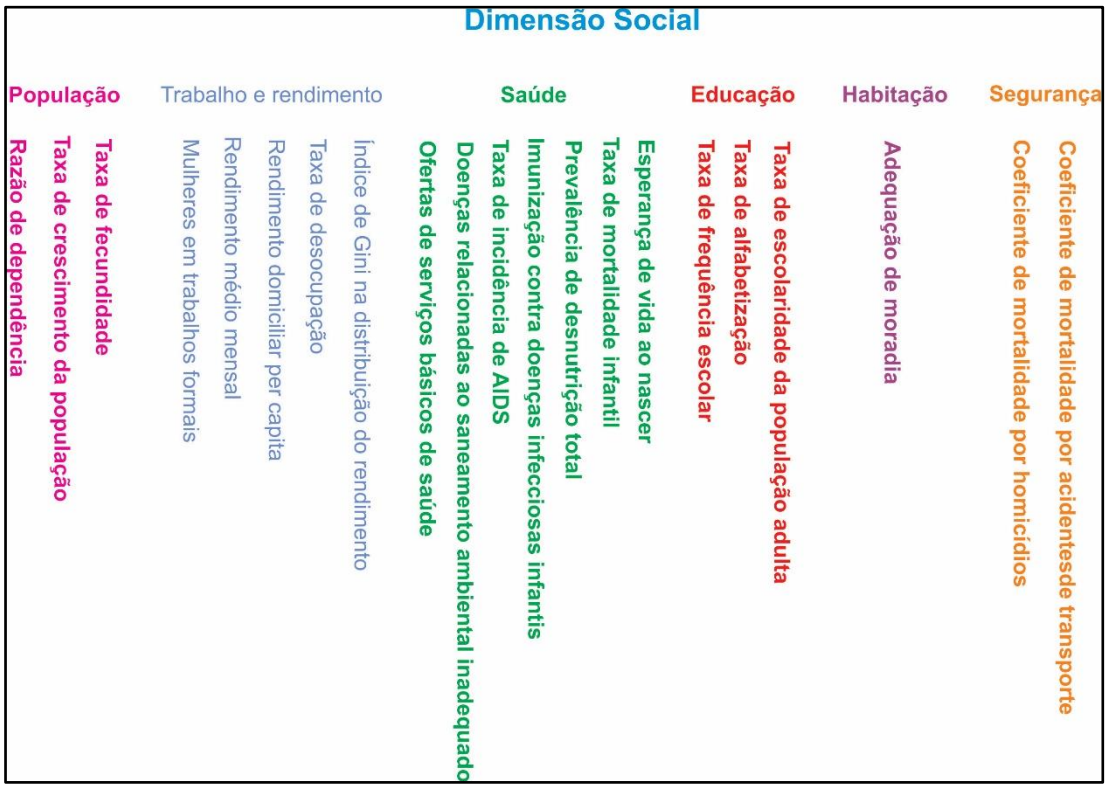
Figura 1: Dimensão Ambiental



Fonte: Adaptado do IBGE (2012).

2) Dimensão social: preocupa-se com a melhoria da qualidade de vida, satisfação das necessidades humanas e justiça social, de acordo com a Figura 2. Essa dimensão também preconiza as questões referentes ao trabalho, saúde e segurança do indivíduo.

Figura 2: Dimensão Social



Fonte: Adaptado do IBGE (2012).

3) Dimensão econômica: apresenta os fatores referentes à situação financeira e o desempenho macroeconômico do país, além das questões relacionadas com o esgotamento dos recursos naturais, produção e gerenciamento de resíduos e uso de energia. Além dos fatores citados, o endividamento também é considerado um fator a ser estudado nessa dimensão, uma vez que incide diretamente no futuro dos indivíduos e das futuras gerações. Observa-se a dimensão através da Figura 3.

Figura 3: Dimensão Econômica

Fonte: Adaptado do IBGE (2012).

4) Dimensão institucional: diz respeito a visão política/institucional que dá direcionamento à governança, pelo governo e sociedade, na implementação do desenvolvimento sustentável, de acordo com a Figura 4.

Figura 4: Dimensão Institucional

Fonte: Adaptado do IBGE (2012).

Ainda segundo o IBGE (2012), os indicadores são ferramentas que, através de suas variáveis, podem ser relacionados de diversas formas, trazendo melhor compreensão das dimensões analisadas e podendo traduzir situações que impactam no curto, médio e longo prazo. Apresentam ainda a possibilidade de comparações ao longo do tempo, através do seu histórico, além de propor inferências futuras para tomadas de decisão no presente.

Apesar de trazerem uma situação mais clara para melhor compreensão da realidade do desenvolvimento, região a região, os indicadores propostos permanecem sinalizando "pontos cegos", destacando itens que podem ser mensurados e omitindo valores subjetivos para conferência periódica. A análise feita por Sen e Mahbud parece persistir.

Dentro desse contexto, e partindo do princípio de que todas as dimensões têm como base o comportamento humano sobre o seu meio de convivência, e ainda percebendo um viés quantitativo em suas análises, surge ainda o pensamento subjetivo do desenvolvimento, que não pode ser mensurado ou quantificado, mas que impacta diretamente na percepção dos indivíduos sobre o que vem a ser qualidade de vida.

2.2 O Habitar

A habitação, substantivo concreto utilizado para simbolizar a construção espacial que contém uma ou mais famílias, pode ser percebida, na concepção de grandes pensadores, como uma instituição metafísica, arraigada de significados. Para Vasconcelos (2003), há uma íntima relação entre qualidade de vida e habitação, já que a segurança tanto do ponto de vista da saúde corporal, quanto do ponto de vista da durabilidade do bem, completam a alegria de viver do indivíduo.

Há, entre antropólogos, geógrafos e filósofos, uma discussão construtiva da importância da casa como moradia e dignidade humana, como objeto subjugado às raízes culturais, como conceito que afirma até mesmo o entendimento da ética (FIGUEIREDO, 1995). Aguirre (1993, p.97) acrescenta: "A casa, como tudo o que tem teto, significa a construção de um mundo, de um universo humano, à medida do homem ou de Deus, numa totalização vital".

Després (1991, apud BRANDÃO; HEINECK, 2003), através de vários estudos apresentou modelos conceituais de habitação, tomando como base entrevistas realizadas no período de 1974 e 1989, com moradores, em grande parte norte-americanos. O resultado foi sintetizado na Quadro 2.

Quadro 2: Significado da Moradia (DESPRÉS, 1991)

(a) Segurança e controle
(b) Local para refletir ideias e valores; expressão de si mesmo
(c) Ambiente onde se exercem ações e modificações
(d) Permanência e continuidade; local de raízes, memórias
(e) Ambiente de relacionamentos com a família e amigos
(f) Centro de atividades; lazer, necessidades fisiológicas, etc.
(g) Refúgio do mundo exterior; "santuário"; privacidade
(h) Indicador de status social (posição socioeconômica)
(i) Estrutura material; estilo, características estéticas
(j) Lugar para se apropriar; propriedade

Fonte: Brandão e Heineck, 2003.

Percebe-se, portanto, uma estreita relação entre o homem, ser que habita, e a construção, *locus* da habitação, indicando uma dominação não apenas do ser sobre a coisa, mas apresentando que o inverso também pode ser verdadeiro. Quando Brandão e Heineck (2003) traz a ideia da casa ser uma expressão de si mesmo, apresenta uma extrapolação do íntimo para fora, um reflexo na obra da alma de quem a constrói ou habita.

A psicologia ambiental, campo de estudo ainda recente, mas que apresenta compromisso com a saúde humana e o bem social, preocupa-se com as relações do homem em seu contexto físico, ocupando-se também com o contexto social que o mundo físico proporciona:

> A Psicologia Ambiental se interessa pelos efeitos das condições do ambiente sobre os comportamentos individuais tanto quanto como o indivíduo percebe e atua em seu entorno. Os efeitos desses fatores, físicos e sociais, estão associados à percepção que se tem deles, e, nesse sentido, estudam-se as interações (GÜNTHER, PINHEIRO e GUZZO, 2004, p. 7).

A partir da ideia de Günther, Pinheiro e Guzzo (2004), pode-se perceber que a casa, construção ou meio físico, que pode ser considerado como de grande valor para o indivíduo, assume um papel influenciador em seu comportamento, tanto quanto pode ser influenciada e modificada por ele. Ora, pensar no Estado como agente responsável pela alteração no modo de habitar, pressupõe que o mesmo pode estar incidindo também no comportamento e percepção do meio habitado.

Para Heidegger (2003), nem todas as construções de convivência humana podem ser consideradas habitações, já que não são necessariamente alojamentos. No entanto, ainda segundo o autor, todos os espaços vivenciados pelo homem constroem a sua habitação. Nesse contexto, percebe-se que, mesmo não tendo o local de trabalho ou de lazer como moradia, o sujeito o entende como extensão do seu ambiente de morada, região de habitação.

DaMatta (1997) acrescenta que, da casa e de seu simbolismo, outros termos surgem, todos denotando atos relacionais, coerentes com a ideia de convivência implícita na própria residência, como casamento, casal e casadouro. Ainda segundo o mesmo autor, torna-se violento pensar em expressões como "ser posto para fora de casa", ratificando o significado deste espaço, que traz consigo características de hospitalidade, convivência familiar, amor, carinho e consideração (DAMATTA, 1997).

> O espaço é um cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram. Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou proximidades contratuais (CERTEAU, 2005, p. 202).

A casa, segundo Freyre (2013), mostra-se como o centro ou o símbolo mais importante da adaptação do homem ao meio em que habita, e mesmo com toda a decadência do tempo e todas as especializações a ela conferida – colégio, hospital, hotel, banco, igreja ou residência, continua poderosa por sua influência na formação do tipo social.

2.3 O Estado como Indutor do Desenvolvimento Regional

O Governo Federal apresenta em sua plataforma atual de atuação, programas de desenvolvimento que permeiam as áreas de Cidadania e Justiça, Ciência e Tecnologia, Cultura, Defesa e Segurança, Economia e Emprego, Educação, Esporte, Governo, Infraestrutura, Meio Ambiente, Saúde e Turismo. O desempenho do papel de indutor do desenvolvimento é sustentado na própria Constituição de 1988 quando, na descrição dos papéis do Estado, há a tripartição dos

poderes, a fim de direcionar as suas ações para a boa administração e crescimento da nação, sustentadas num pensamento sempre crescente e sólido.

Da própria Constituição Federal (1988) retira-se a descrição do que sejam os direitos sociais:

> São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (Art. 6º - Emenda Constitucional n º 64, 2010).

Vê-se a construção do papel do Estado, como indutor do desenvolvimento sustentável, na ligação entre os seus programas desenvolvimentistas e os seus deveres para com o seu povo. Ora, se a esfera educacional é citada em seus programas, isso acontece pela responsabilidade que o mesmo tem para com a educação de qualidade. Para habitação não é diferente e, por isso, programas habitacionais têm sido criados ao longo do tempo.

Segundo a Fundação João Pinheiro (2016), o déficit habitacional urbano no Brasil em 2013 era de 5,010 milhões de unidades (85,7% do déficit habitacional total). Esse mesmo indicador, em 2014, aumentou para 87,6%. Já o déficit habitacional rural caiu de 835 mil unidades, em 2013, para 752 mil unidades, em 2014. Quando se trata de déficit habitacional, intenciona-se a seguinte compreensão:

> (...) está ligado diretamente à deficiência do estoque de moradias. Engloba aquelas sem condições de serem habitadas em razão da precariedade das construções ou do desgaste da estrutura física e que por isso devem ser repostas. Inclui ainda a necessidade de incremento do estoque, em função da coabitação familiar forçada (famílias que pretendem constituir um domicilio unifamiliar), dos moradores de baixa renda com dificuldades de pagar aluguel e dos que vivem em casas e apartamentos alugados com grande densidade. Inclui-se ainda nessa rubrica a moradia em imóveis e locais com fins não residenciais. O déficit habitacional pode ser entendido, portanto, como déficit por reposição de estoque e déficit por incremento de estoque (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2016, p.18).

Desde 1946 o Governo Federal preocupa-se com o déficit habitacional, criando formas de subsidiar a moradia à população. De 1999 a 2009, operou o Programa de Arrendamento Residencial (PAR), que ofertava habitação para que os usuários pagassem por quinze anos um "aluguel", valor subsidiado pelo Governo Federal. Apesar de ser um programa voltado a solucionar um grave problema social, não era suportado por um planejamento urbano adequado, fazendo com que as moradias fossem construídas de acordo com o interesse das construtoras (REIS, SELOW, 2016).

O PMCMV foi apresentado em março de 2009, tendo seu surgimento baseado na Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, sendo formulado para a execução de uma série de ações que têm como objetivo a diminuição do déficit habitacional, urbano e rural, através de subsídios disponibilizados para a população de baixa renda. A sua atuação está direcionada para a produção, aquisição ou requalificação de moradias e age diretamente nos financiamentos habitacionais, subdividindo a população em faixas de renda. O programa é auditado pelo Caixa Econômica Federal que também avalia as áreas de sua implantação e acompanha as construtoras e órgãos não governamentais que apresentam o pleito de um grupo de possíveis beneficiários.

2.4 O Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR

O Programa Nacional de Habitação Rural, como produto das políticas públicas do Governo Federal, apresenta em sua proposta a intenção de trabalhar a favor do desenvolvimento sustentável, de forma regionalizada, proporcionando uma vida mais justa aos seus beneficiários e promovendo cidadania.

Como uma extensão do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV para a zona rural, o PNHR propõe subsidiar famílias, com renda anual (comprovada através da Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP) de até R$ 78.000,00, na construção ou reforma de suas habitações (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2016). Dessa forma, o PNHR é direcionado aos agricultores familiares, comunidades tradicionais e trabalhadores rurais, incluindo ribeirinhos, quilombolas, extrativistas, pescadores tradicionais e indígenas.

O Programa subdivide os seus beneficiários em três faixas de atendimento e subsídio, conforme Tabela 1:

Tabela 1: Beneficiários do PNHR

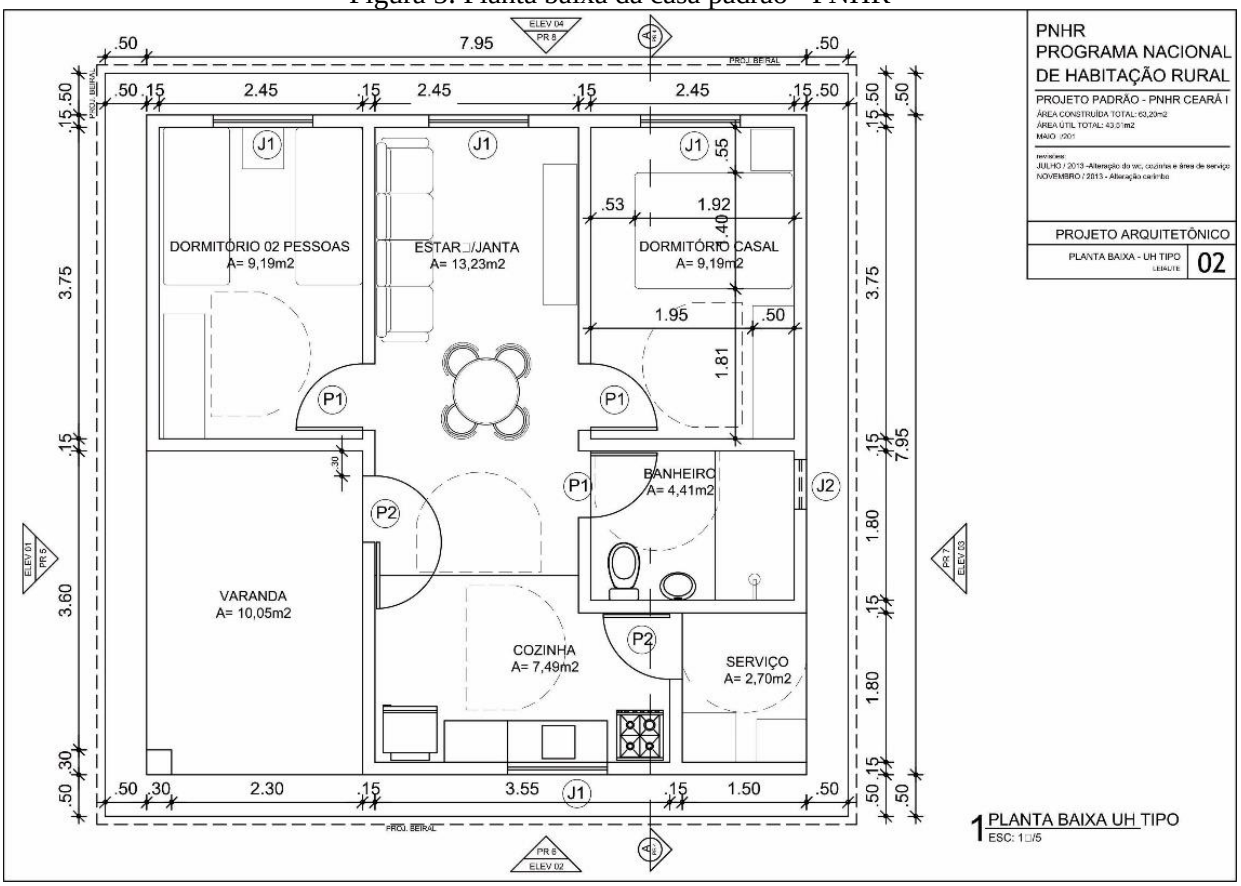
BENEFICIÁRIOS	RENDA BRUTA ANUAL	SUBSÍDIO	PAGAMENTO
Faixa 1	Até R$ 17.000,00	R$ 36.000,00	4% do valor em até 4 parcelas anuais
Faixa 2	Entre R$ 17.000,00 e R$ 33.000,00	Até R$ 9.500,00 ou 50% do valor financiado (o que for menor) + subsídio da taxa de risco de R$ 4.500,00	Financiamento FGTS
Faixa 3	Entre R$ 33.000,00 e R$ 78.000,00	Subsídio da taxa de risco de R$ 4.500,00	Financiamento FGTS

Fonte: Adaptado do Ministério das Cidades, 2016.

Para dinamizar a relação entre o Governo Federal, através do Programa MCMV rural, ou PNHR, há a participação de entes públicos e entidades privadas, sem fins lucrativos, habilitadas, que atuam como organizadores e mobilizadores das famílias que serão beneficiadas, apresentando os projetos para a obra de construção civil para aprovação do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2016).

A Figura 5 apresenta uma planta baixa de uma casa padrão, aprovada pela Caixa Econômica Federal, para implantação do PNHR.

Figura 5: Planta baixa da casa padrão - PNHR



Fonte: PNHR Nova Olinda (2015).

Para a distribuição da verba federal direcionada para o programa, é avaliado o déficit habitacional da região rural propositora, através dos dados de pesquisa do IBGE. As etapas para que o programa seja implementado estão descritas a seguir, conforme a Portaria 268/2017, que atualmente regulamenta o PNHR (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2017).

a) Os trabalhadores rurais apresentam, através de entidades privadas e sem fins lucrativos, seus dados para os agentes financeiros para que seja comprovado o seu enquadramento ao programa;
b) A entidade, com a anuência dos agentes financeiros, apresenta documentos que comprovam a sua idoneidade e dos trabalhados rurais, pleiteando junto à Caixa Econômica Federal, em grupos de até 50 unidades, a liberação do programa para a sua região;
c) A Caixa Econômica Federal administra e audita os recursos concedidos para a entidade que aprova o projeto da obra e acompanha a sua construção (em empreita ou mutirão);
d) Os recursos que, porventura, sejam remanescentes desse processo podem ser aplicados em melhoria para a comunidade propositora.

É importante destacar que o PNHR, através da mesma portaria, estabelece as suas diretrizes, além do atendimento ao trabalhador rural:

> III - produção ou reforma de unidades habitacionais que, ao final da obra, estejam dotadas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e energia elétrica, no mínimo, com as soluções adotadas para a região;
> IV - valorização das características regionais, climáticas e culturais da localidade; e
> V - incentivo a parcerias de capacitação, assistência técnica e trabalho social com instituições públicas e privadas especializadas; e
> VI - valorização de projetos que contemplem parâmetros de sustentabilidade ambiental, tais como, a utilização de recursos e materiais locais com desempenho adequado para a produção habitacional, economia ou produção energética domiciliar, tratamento de efluentes, entre outros (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2017, n.p.).

É notória a predisposição normatizada do programa em apresentar preocupação com as questões sustentáveis, em todas as esferas, quando trata da valorização da regionalidade local - não só na dinâmica climática, mas também em suas características culturais, o que denota a intenção em manter a localidade com seus valores e costumes; do incentivo a parcerias que engradeçam a aplicação do programa e tragam maior eficiência nos processos – através de

instituições públicas e privadas, incentivando economicamente a localidade; bem como a valorização de projetos que não prejudiquem o meio ambiente.

3 METODOLOGIA

Para que a investigação alcance os objetivos traçados da maneira mais eficiente e prática, faz-se necessária a compreensão dos procedimentos técnicos e intelectuais escolhidos para essa pesquisa. Vale ressaltar que as escolhas quanto ao método e ferramentas determinadas para esse estudo dizem respeito aos objetivos, geral e específicos, determinados para essa pesquisa, e às características do objeto, bem como ao universo cultural e simbólico que circunda o homem rural, na intenção de não afligir o mesmo em seu espaço de convivência com o meio ambiente onde habita.

A questão norteadora dessa pesquisa é: o PNHR é um programa favorável à cidadania e à sustentabilidade ambiental, econômica, social e cultural, conforme a sua proposta inicial?

3.1 O Objeto

O objeto de estudo dessa pesquisa é o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), aplicado em Nova Olinda, Ceará, através do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (SINTRAF), e que teve sua entrega na localidade em 2015. Para isso, foi estudado não apenas o normativo que garante a aplicação do Programa, mas também 49 (quarenta e nove) das 50 (cinquenta) famílias beneficiadas. Apenas uma família não estava disponível no período da pesquisa, que aconteceu em janeiro de 2017. Além da participação do SINTRAF, o Programa foi auditado pela Caixa Econômica Federal. Por essa razão, foram entrevistados representantes dos dois órgãos.

Faz-se também objeto dessa pesquisa os documentos preexistentes do Governo Federal para implantação do PNHR e os demais documentos gerados a partir da prospecção e implantação do programa no município de Nova Olinda. Como primeiro momento, foi realizada uma pesquisa documental dos dados históricos referente ao trabalho desenvolvido, o que gerou o capítulo teórico, apresentado anteriormente. Em seguida, um estudo exploratório e investigativo da realidade, que tem como objetivo "proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses" (Gil, 2002, p.41). Por fim, a pesquisa de campo contribuiu para a concretização dos objetivos propostos.

3.2 O *Locus* da Pesquisa de Campo – Nova Olinda/CE

A cidade de Nova Olinda, localizada no sul do estado do Ceará, na Região Metropolitana do Cariri (RMC), foi fundada em 1957 e tem esse nome em homenagem a cidade de Olinda, Pernambuco. Com população total estimada em 15.310 habitantes, apresenta um movimento semelhante ao da maior parte do Brasil, com redução da sua população na zona rural, chegando a 31,99% da população total em 2010, quando já representou 57,71% em 1991 (IBGE, 2016).

De acordo com o IBGE (2016), em 2010, possuía um contingente de 1.134 unidades habitacionais na zona rural, com média de 4,02 habitantes por domicílio. Outro dado relevante é que, da sua população rural, cerca de 40,96% vive em extrema pobreza, com renda per capita mensal de até R$ 70,00.

Segundo a Cagece (IBGE, 2016), apesar de ter abastecimento de água em quase sua totalidade (99,76%), não havia esgotamento sanitário na cidade até 2015. Não há dados posteriores. Quanto à produção agrícola, segundo IBGE, em 2013 a maior produção foi de milho, seguido da mandioca e feijão e, segundo o IPECE, em 2014 desponta o rebanho de galos, galinhas e frangos, e o bovino, como principal foco da pecuária de Nova Olinda (IDECI, 2015).

O município de Nova Olinda está localizado na mesorregião Sul cearense e tem IDHM de 0,625 (IPEA, 2010). A Figura 6 apresenta o mapa de localização do município na RMC.

Figura 6: Mapa da RMC

Fonte: IPECE/IBGE (2014).

3.3 O Método

Diante da proposta dessa pesquisa, o método generalista utilizado é o racional, que também se apresenta como científico, já que não se pode comprovar experimentalmente as respostas obtidas.

> O método racional também é científico, embora os assuntos a que se aplica não sejam realidades, fatos ou fenômenos suscetíveis de comprovação experimental. As disciplinas que o empregam (principalmente as diversas áreas da filosofia) nem por isso deixam de ser verdadeiras ciências (CERVO; BERVIAN, DA SILVA, 2007, p.29).

Para Gil (2012), a dialética entende que os fatos sociais não podem ser compreendidos de forma isolada, como algo separado das influências políticas, econômicas, culturais, sociais, etc, o que também foi observado nesse estudo.

O método de abordagem utilizado nesse estudo é indutivo e dialético, uma vez que se usa do entendimento de uma realidade específica para inferência dos resultados em um campo maior de ação e, ao mesmo tempo, utiliza-se da construção de um modelo onde são determinadas teses sobre o questionamento proposto na problemática, levantamento das suas antíteses e, ao final, construção da síntese do que foi descoberto na pesquisa.

Segundo Lakatos e Marconi (2008), três elementos fundamentais devem ser considerados para melhor aplicação do método indutivo:

a) Observação: fatos e fenômenos são observados e analisados, com o objetivo de ter as suas causas descobertas;
b) Descoberta de relações - classificação: através da comparação, há a aproximação dos fatos e fenômenos semelhantes, para descrição da relação existente entre eles;
c) Generalização da relação: nesta etapa, é feita a generalização das relações encontradas

Para entender o comportamento das variáveis qualitativas e quantitativas presentes no instrumento de pesquisa foi aplicada a distribuição de frequência e os gráficos escolhidos para representar as variáveis analisadas foram os gráficos em barras e de composição em setores (pizza ou retângulos).

3.4 Tipo e Natureza da Pesquisa

Ainda segundo Gil (2012), a modalidade do presente estudo é considerada como sendo social aplicada, tendo em vista a sua aplicação prática, direcionada para problemas reais. Segundo o mesmo autor, a pesquisa tem caráter exploratório e descritivo, uma vez que busca a melhor compreensão de assuntos não abordados de forma aprofundada em uma das etapas da pesquisa, mas também buscará compreender e descrever a realidade como ela é, para entendimento da situação presente.

Serão utilizadas ferramentas qualitativas e quantitativas, como questionário com questões fechadas e entrevistas em profundidade.

3.5 Instrumentos de Pesquisa

Para melhor conhecimento da matéria a ser pesquisada e estudada, fez-se necessária a aplicação da pesquisa do tipo qualitativa primeiramente. Além da exploração bibliográfica e aprofundamento do tema nos livros e publicações, aplicou-se entrevistas em profundidade com a gestora do SINTRAF e Caixa Econômica Federal, bem como com a técnica social, também da CEF, todos responsáveis pela implantação do PNHR em Nova Olinda/CE.

Os roteiros utilizados nessa etapa foram semiestruturados, pois contaram com questões e perguntas feitas que não precisam cumprir uma ordem de aplicação, pois devem acontecer de acordo com o rumo que a entrevista tomar. Além disso, deram abertura para o surgimento de novos temas a serem explorados, mesmo que não previstos no roteiro inicial (GRAY, 2012).

> Fundamentalmente, em uma entrevista em profundidade bem-feita, a cosmovisão pessoal do entrevistado é explorada em detalhe (GASKELL in BAUER E GASKELL, 2015, p.75).

Além dos instrumentos citados, foi adaptado questionário fechado utilizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, em 2012, com questões de resposta através da escala de likert, que trouxe dados sobre a satisfação dos beneficiários do PMCMV urbano. O objetivo desse momento é proporcionar a mensuração das respostas.

Cada etapa foi direcionada a obtenção das respostas aos objetivos específicos desse estudo, bem como a confirmação ou negação das hipóteses levantadas na introdução dessa pesquisa.

3.6 Análise dos Dados

A compreensão do universo pesquisado e dos dados colhidos foi realizada de duas formas distintas, porém complementares de análise dos dados. Utilizou-se das técnicas de análise de conteúdo, além de análise estatística. Para isso, foi necessário o aprofundamento nos assuntos enumerados no capítulo referencial teórico, para que houvesse boa compreensão das temáticas abordadas antes da visita ao campo de estudo.

Como se trata da utilização de pensamentos, experiências e vivências de pessoas facilmente destacadas na sociedade, os termos de aceite e livre-esclarecido foram devidamente assinados pelos entrevistados da Caixa Econômica Federal e SINTRAF.

Considerando que os dados brutos não fornecem espontaneamente muitas informações, é necessário colocá-los em ordem, transformar sua apresentação, reunindo as informações de maneira organizada, a fim de permitir sua análise e interpretação. Na fase seguinte a aplicação das entrevistas, os dados foram categorizados e classificados de forma sistemática e tabulados, gerando exposição dos resultados em gráficos.

3.7 Procedimentos Metodológicos

O primeiro passo para o bom desempenho do pesquisador em qualquer pesquisa é o planejamento. Para isso, algumas ações prévias foram ser executadas:

a) Reconhecimento do campo de estudo;
b) Aprofundamento dos estudos bibliográficos que trazem melhor compreensão do tema e problemática abordada;
c) A aceitação, por parte dos grupos que compõem os sujeitos pesquisados, na participação da pesquisa, por livre e espontânea vontade, mas de forma consciente quanto ao seu uso e publicidade;
d) Assinatura dos termos de aceite e livre-esclarecido;

Estando as ações descritas acima devidamente executadas, um segundo momento se fez indispensável:

e) Construção dos roteiros das entrevistas em profundidade;
f) Adaptação do questionário de satisfação utilizado pelo IPEA (2012);
g) Agendamento das visitas à Nova Olinda e à Caixa Econômica Federal;
h) Aplicação dos questionários e realização das entrevistas;
i) Tabulação e análise dos dados.

4 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS NA PESQUISA

As análises dos dados coletados em campo seguem de forma que atendam os objetivos traçados para essa pesquisa. Inicialmente, optou-se pela análise de conteúdo, de forma qualitativa, para posterior análise das informações colhidas com os beneficiários do programa, que foram trabalhadas através de estatística descritiva, com a criação de gráficos de frequência. Finaliza-se esse capítulo com a apresentação de um diagrama que resume o aprendizado gerado pelas duas análises.

4.1 Análise de Conteúdo – Entrevistas em Profundidade

A primeira análise a ser apresentada diz respeito às entrevistas em profundidade realizadas com a gestora do SINTRAF de Nova Olinda/CE, o gestor de habitação da Caixa Econômica Federal e a técnica social que acompanhou o planejamento, construção e entrega das casas do programa estudado. A análise de conteúdo para essa pesquisa tem caráter qualitativo.

Para que haja melhor compreensão do material apresentado a seguir, fez-se necessária a determinação de alguns passos:

a) Seleção da unidade de análise – para o estudo proposto, a unidade de análise utilizada foi o viés sustentável do PNHR, em sua aplicação na zona rural do município de Nova Olinda/CE;
b) Categorização por subtemas presentes em todas as entrevistas – foram utilizadas as seguintes categorias: objetivo do programa, papel das partes entrevistadas, mudanças esperadas na vida dos beneficiários e visão sustentável do programa, nomeadas Categorias 1, 2, 3 e 4, respectivamente.

> Conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/ recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1977, p.42).

As entrevistas completas encontram-se no Apêndice II.

Antes da entrevista adentrar nos assuntos pertinentes a essa pesquisa, fez-se necessário o conhecimento prévio de cada um dos personagens entrevistados, tendo em vista que, na pesquisa

qualitativa, a sua história de vida incide sobre suas respostas e consequentemente sobre a análise a ser apresentada.

O gestor de habitação da Caixa Econômica Federal é um arquiteto de 44 anos de idade. É funcionário público desde 2012 e executa trabalhos voltados a habitação social há 5 anos. Além desta prática profissional, também é professor universitário e possui mestrado em Psicologia Ambiental, o que o faz consciente do impacto do ambiente sobre o comportamento e qualidade de vida das pessoas que o utilizam.

A gestora do SINTRAF de Nova Olinda/CE possui o ensino médio e tem 26 anos. Está a frente do sindicato há 6 anos e trabalha não apenas para a aplicação do PNHR na localidade, mas também pela distribuição de sementes para os agricultores e qualificação da sua mão de obra.

A técnica social da Caixa Econômica Federal é uma psicóloga de 36 anos. Atua nessa função há 6 anos, não apenas no acompanhamento das obras de PNHR, mas também das obras urbanas do PMCMV.

O Quadro 3 apresenta partes das entrevistas que correspondem às categorias - objetivo do programa e papel das partes entrevistadas - previamente estabelecidas para a pesquisa. Para melhor compreensão, foram destacadas apenas as frases que direcionavam o posicionamento de cada um dos entrevistados, possibilitando uma compreensão global de cada categoria.

Vale ressaltar que as entrevistas foram realizadas em datas e locais diferentes e que os entrevistados não tiveram acesso às respostas dos demais, para que não houvesse nenhuma interferência no pensamento individual dos mesmos. Os locais escolhidos para os encontros foram convenientes para os entrevistados (na sede administrativa da Caixa Econômica Federal em Juazeiro do Norte e na sede do SINTRAF de Nova Olinda/CE), para que não houvesse nenhum inconveniente que pudesse prejudicar a pesquisa.

Quadro 3: Análise de conteúdo – Categorias 1 e 2

Entrevistado	Objetivo do Programa	Papel das Partes Entrevistadas
Gestora do SINTRAF Nova Olinda/CE	"(...) batalhar pela moradia para nossos agricultores (...)" "(...) mudar a vida do agricultor."	"O SINTRAF, através da assistente social, tem o maior cuidado na escolha das famílias (...)" "(...) acompanha (as obras) do começo ao fim, sem contar que colocamos mão na obra de verdade, por acreditarmos que o projeto só e completo quando vivenciamos ele na prática e não apenas dentro de uma sala." "O SINTRAF mantém o bom relacionamento com as famílias que

		receberam suas moradias, por que esse projeto não visa apenas uma casa mas, acima de tudo, vivenciar e criar vínculos com essas famílias.”
Gestor de Habitação da Caixa Econômica Federal	“(...) para além de reter o êxodo rural, confere dignidade ao homem do campo. Uma casa bem construída com custeio subsidiado permite ao trabalhador camponês estruturar sua vida e de sua família - o reposiciona socialmente. Por fim, esta iniciativa resgata o valor do trabalho no campo.”	“(...) controla os recursos repassados aos agentes financeiros que atuam no PNHR, realiza a recepção das propostas das Entidades Organizadoras e encaminha ao Ministério das Cidades, por meio da Secretaria Nacional de Habitação.” “(...) atuar como Agente Financeiro do PNHR, realizando a análise das propostas apresentadas, sua contratação, acompanhamento e liberações de recursos para sua realização.”
Técnica Social da Caixa Econômica Federal	“(...) deter o homem do campo no campo e busque soluções de sustentabilidade na relação com o meio ambiente, bem como, conservação patrimonial do bem adquirido.” “(...) atenuar o déficit habitacional na área rural (...)”	“(...) parte de um diagnóstico social da comunidade beneficiada e trabalha as mudanças de hábito necessárias a serem incorporadas por cada grupo familiar, em consequência da utilização da unidade habitacional de alvenaria com banheiro e cozinha convencionais (...)” “(...) atividades informativas que vão desde cuidados com meio ambiente e o impacto da presença humana (esclarecimentos sobre realização de queimadas, contaminação do solo com dejetos humanos, uso adequado da água de acordo com a solução de água de cada Unidade Habitacional) a cuidados com preservação e manutenção do patrimônio, bem como ações de fortalecimento comunitário (...)”

Fonte: Elaborada pela autora (2017).

Em se tratando da categoria “objetivo do programa”, é notória a diferença de ideias entre os entrevistados, porém complementar. Para a gestora do SINTRAF, a visão é bem mais humana, destacando a mudança de vida do trabalhador rural. Para os entrevistados da Caixa Econômica, tanto para o gestor de habitação, quanto para a técnica social, o objetivo está na diminuição do déficit habitacional e conferência de dignidade ao homem do campo, através de uma construção de qualidade e com características regionalizadas.

Quanto à categoria- papel das partes entrevistadas, todos demonstram entendimento de suas responsabilidades, conferindo exequibilidade à norma. Vale enfatizar o interesse na saúde

do relacionamento estabelecido, tanto entre as partes, quanto das partes com os beneficiários, denotando a preocupação de todos os entrevistados na satisfação dos trabalhadores rurais.

O Quadro 4 traz as respostas referentes às categorias - mudanças esperadas na vida dos beneficiários e visão sustentável do programa. Da mesma forma que no quadro anterior, o quadro contém os destaques das entrevistas que apresentaram direcionamento para as categorias.

Quadro 4: Análise de conteúdo – Categorias 3 e 4

Entrevistado	Mudanças Esperadas na Vida dos Beneficiários	Visão Sustentável do Programa
Gestora do SINTRAF Nova Olinda/CE	"(...) a vida dos nossos agricultores mudou completamente com esse programa." "(...) tentamos priorizar as mulheres chefes de família, famílias de baixa renda e de preferência, tentamos fazer com que o projeto chegue na localidade mais difícil, onde ninguém acredita que ele var e ali deixar a referência do programa bem como da luta do SINTRAF em mudar a vida do agricultor." "A entrega das primeiras casas em nova Olinda foi a realização do sonho da casa própria dos nossos agricultores, uma realidade que ainda não existia em especial por que nossa cidade e de porte pequeno e nossas chances era bem poucas em relação a outras cidades de porte maior (...)"	"Para o SINTRAF desenvolver ações socialmente sustentáveis é proporcionar um ambiente que estimule a criação de relações de trabalho legítimas e saudáveis, além de favorecer o desenvolvimento pessoal e coletivo de forma direta ou indiretamente dos envolvidos. Para que sejamos economicamente sustentável, precisa ser capaz de oferecer e distribuir políticas públicas de forma clara e sempre justa."
Gestor de Habitação da Caixa Econômica Federal	"Uma casa bem construída com custeio subsidiado permite ao trabalhador camponês estruturar sua vida e de sua família - o reposiciona socialmente. Por fim, esta iniciativa resgata o valor do trabalho no campo."	"(...) ao longo dos processos de contratação, construção e ocupação das unidades habitacionais, dentre as quais destacamos, no campo técnico, a consideração de peculiaridades culturais e regionais na análise dos projetos apresentados e, no campo social, o cuidado com a contextualização das ações de mobilização, orientação e participação com a cultura do lugar."
Técnica Social da	" (...) mudanças de hábito necessárias a serem incorporadas por cada grupo familiar, em	"(...)há preocupação com a sustentabilidade sociocultural, econômica e ambiental do

Caixa Econômica Federal	consequência da utilização da unidade habitacional de alvenaria com banheiro e cozinha convencionais - a depender da característica sócio cultural de cada grupo de beneficiários, é comum pessoas que nunca tenham residido em casa de alvenaria, nem nunca tenham utilizado banheiro convencional, por exemplo." **"(...)** de maneira que o homem do campo tenha fortalecido o seu vínculo com o campo."	programa que devem perpassar desde a concepção do projeto de obra às atividades do projeto social, sendo respeitados uma das diretrizes do Trabalho Social que é a participação da comunidade na construção de soluções que atendam as diretrizes do programa (como citada a cima) e respeitem os valores culturais de cada comunidade trabalhada." "(...) há um valor destinado por beneficiário - até 2015, este valor era de R$ 400,00 por beneficiário - para a realização de atividades ambientais e sócio educativas que visem ao fortalecimento comunitário com o objetivo de deter o homem do campo no campo e busque soluções de sustentabilidade na relação com o meio ambiente, bem como, conservação patrimonial do bem adquirido."

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

As categorias apresentadas no Quadro 4 estão intimamente ligadas aos objetivos dessa pesquisa, uma vez que trazem uma visão clara da inclusão do pensamento sustentável do PNHR em suas etapas de implantação, através do trabalho das partes entrevistadas. Termos como "mudança de vida", "resgate da dignidade" e "vínculo com o campo fortalecido" transparecem a visão social e cultural do PNHR, que se preocupa com o legado deixado às famílias beneficiadas e suas futuras gerações.

Quanto à visão sustentável do PNHR, as entrevistas confirmam os valores apresentados na portaria regulamentadora do programa. As falas das partes apresentam uma visão clara sobre o significado de sustentabilidade e a sua aplicação nas esferas ambiental, econômica, social e cultural.

4.2 Análise Estatística - Questionário

Conforme descrito no capítulo metodológico, utilizou de questionário adaptado de um material utilizado anteriormente pelo IPEA (2014), para conhecimento da opinião dos beneficiários sobre a moradia, a satisfação no seu uso e as condições que propiciam a visão sustentável do programa. É válido esclarecer que o instrumento foi escolhido devido à escolaridade

dos entrevistados, bem como sua linguagem, haja vista que uma análise qualitativa iria requerer uma imersão maior no *locus* de estudo por parte da pesquisadora.

O primeiro bloco de questões traz informações sociodemográficas, o que clarifica o reconhecimento do perfil dos beneficiários, através de dados de escolaridade, faixa etária, papel desempenhado no lar, cor da pele e sítio onde se localiza a moradia fornecida pelo PNHR.

O segundo bloco de questões traz a percepção dos beneficiários sobre assuntos inerentes ao entendimento da sustentabilidade, em suas esferas de atuação, para que haja entendimento de suas prioridades e o posicione para o próximo bloco de questões, descrito a seguir.

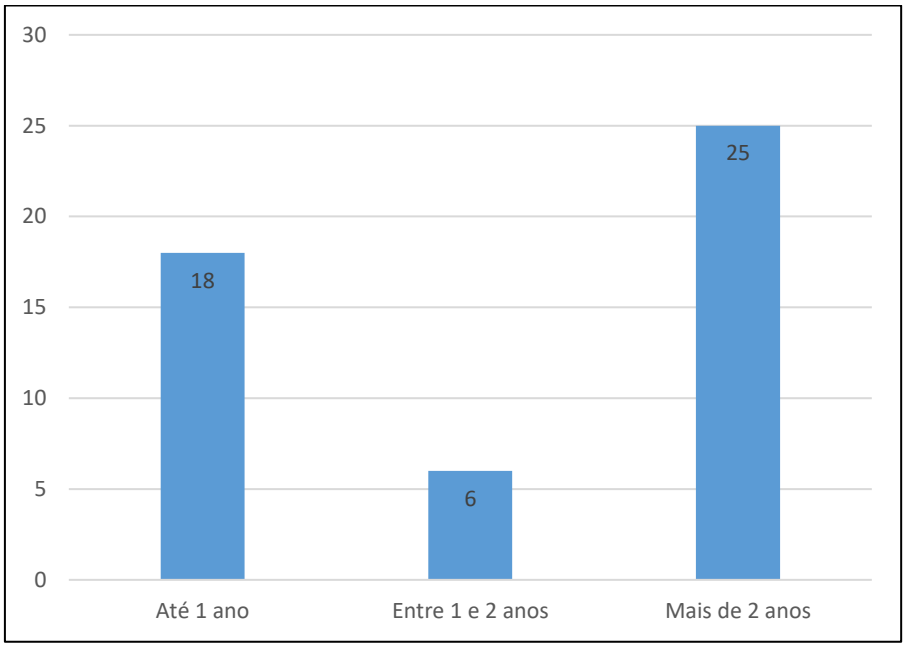
O terceiro e último bloco traz a avaliação do beneficiário sobre a nova moradia, utilizando a escala de likert para graduação das respostas e aferição de nota média para os aspectos que podem gerar ou não satisfação. Além disso, as questões desse bloco esclarecem sobre a intenção dos beneficiários em permanecerem na moradia recebida pelo PNHR.

O questionário foi composto de 27 (vinte e sete) questões, fechadas, abertas (estruturadas) ou mistas, e foi aplicado a 49 (quarenta e nove) dos 50 (cinquenta) beneficiários do PNHR de Nova Olinda, entregue em 2015. Apenas um dos beneficiários não foi encontrado no período de aplicação da pesquisa e um respondente recusou-se a responder uma das questões do instrumento. A aplicação foi feita em visita às residências dos sujeitos da pesquisa.

4.2.1 Primeiro Bloco – Questões de ordem sociodemográfica

A Figura 7 apresenta a informação do tempo em que a família reside na moradia concedida pelo PNHR. Percebe-se, na maioria dos respondentes, que não há certeza na resposta, uma vez que as casas foram entregues no final de 2015, o que deveria indicar unanimidade para opção “mais de 2 anos”. A questão foi colocada no questionário para indicar que os respondentes possuem vivência suficiente para imprimir qualquer juízo de valor sobre a moradia.

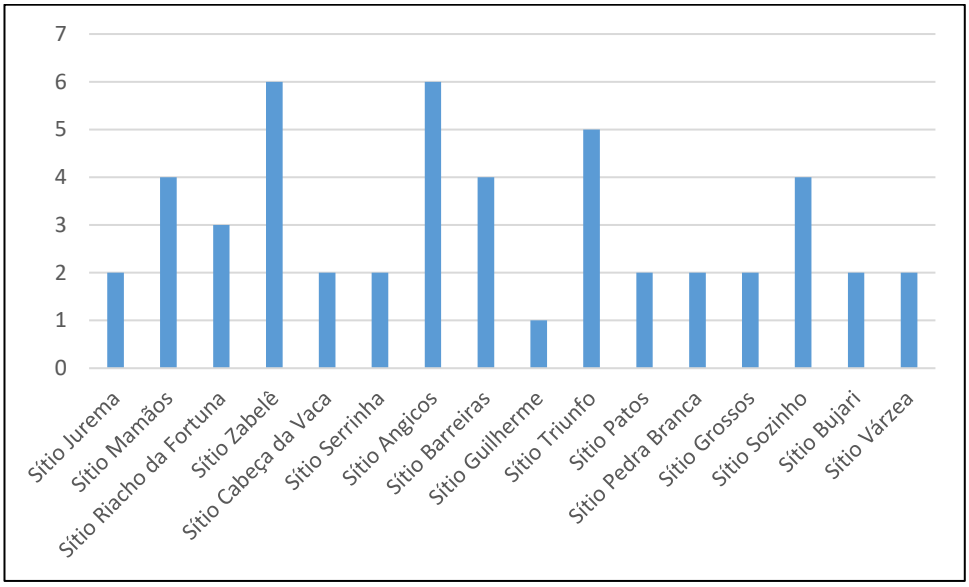
Figura 7: Tempo de Residência



Fonte: Elaborada pela autora (2017).

O Figura 8 apresenta a distribuição das 49 residências pelos mais diversos sítios da zona rural de Nova Olinda/CE. É importante ressaltar que para o PNHR, as obras não precisam ser distribuídas no mesmo terreno, como no caso das construções urbanas.

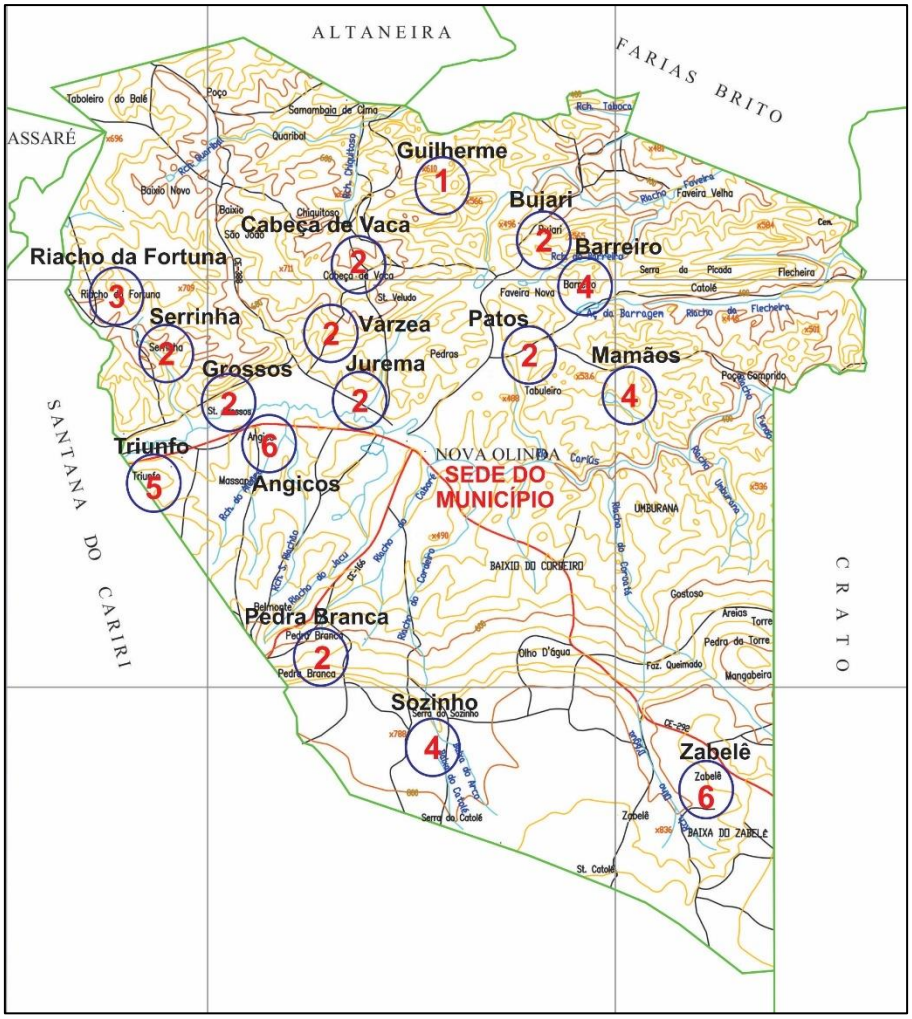
Figura 8: Localidade



Fonte: Elaborada pela autora (2017).

Para melhor compreensão da distribuição geográfica dos sítios, na zona rural da cidade Nova Olinda, a Figura 24 apresenta o mapa da região, com referência as localização da pesquisa, destacando os sítios e os quantitativos das moradias.

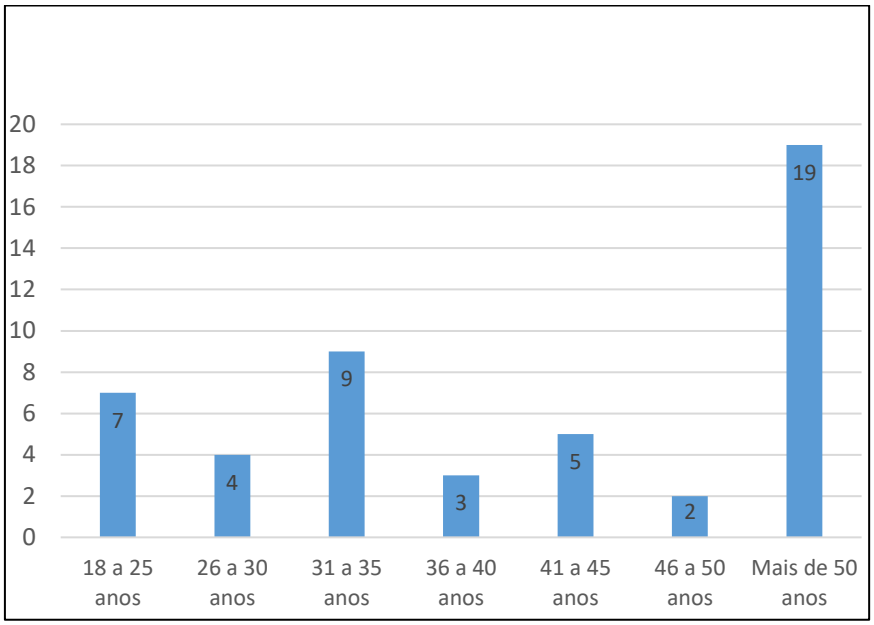
Figura 24: Mapa de Nova Olinda e Sítios – Zona Rural



Fonte: Elaborada pela autora (2017).

Com relação à idade dos respondentes da pesquisa, observar-se que 53,06 % está acima dos 41 anos, o que indica um perfil maduro e já com família constituída. A Figura 10 apresenta a distribuição da faixa etária dos beneficiários participantes.

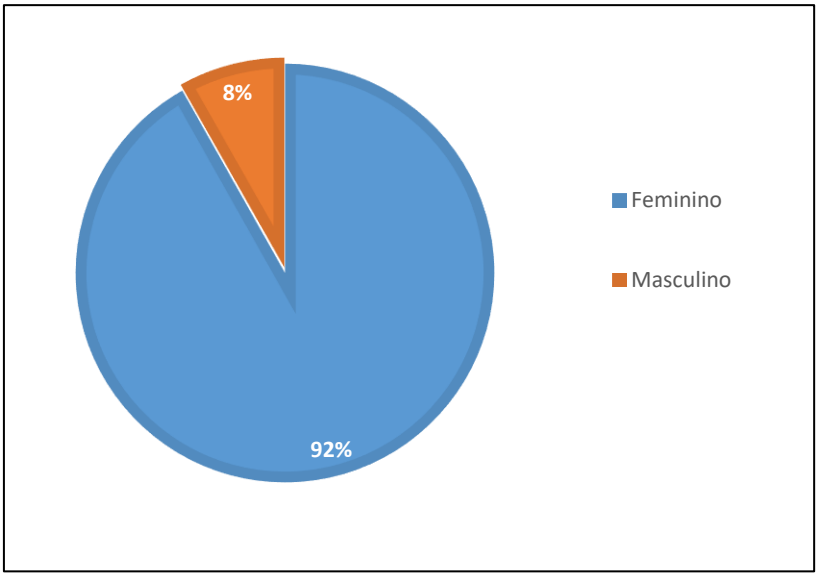
Figura 10: Faixa Etária



Fonte: Elaborada pela autora (2017).

Em relação ao sexo dos respondentes, a maioria, com 92% de incidência, é do sexo feminino. Como os questionários foram aplicados nas residências das famílias beneficiadas, em dias úteis e horário comercial, as esposas dos chefes de família, em sua maioria, foram alvo da pesquisa. A Figura 11 apresenta essa distribuição e é suportado pela Figura 17, com a apresentação dos papéis desempenhados pelos respondentes dentro da família beneficiada.

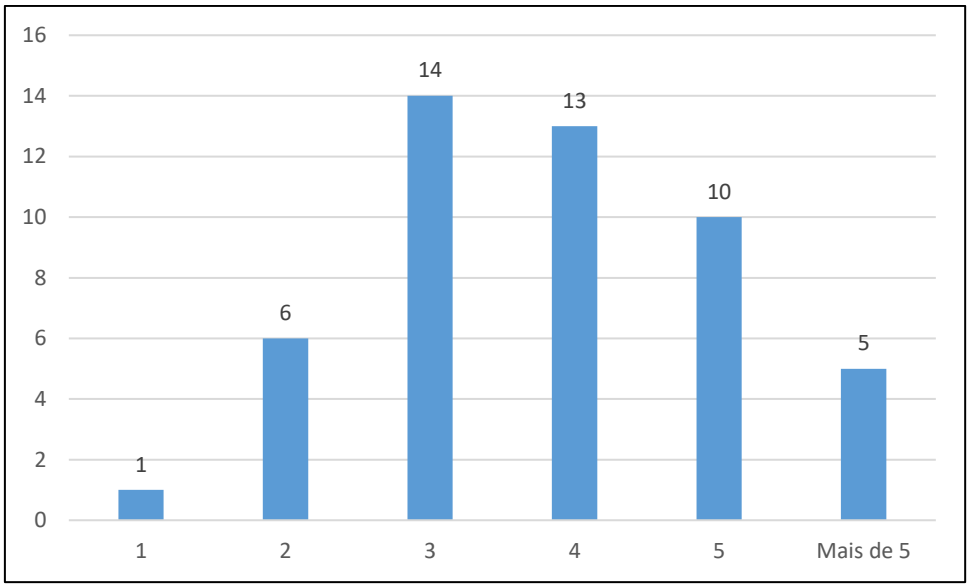
Figura 11: Sexo



Fonte: Elaborada pela autora (2017).

A Figura 12 apresenta a quantidade de moradores por domicílio, demonstrando que as famílias têm, em sua maioria (75,5%), entre três e cinco componentes, não sobrecarregando a estrutura da casa. Entende-se que, sendo uma casa de apenas dois dormitórios, as famílias maiores poderiam ter o uso do espaço prejudicado, pela superpopulação do imóvel, o que poderia incidir na avaliação da moradia.

Figura 12: Quantidade de Moradores por Habitação

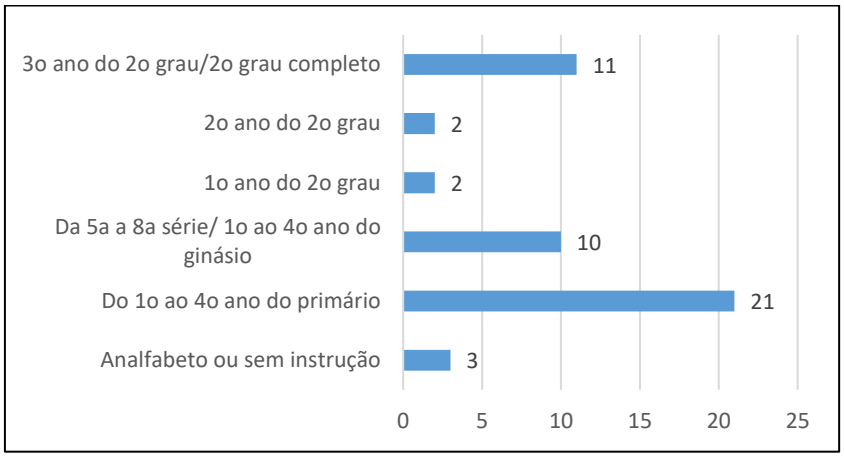


Fonte: Elaborada pela autora (2017).

As Figuras 13 e 14 apresentam o grau de escolaridade dos respondentes. As figuras foram colocadas em paralelo para evidenciar o crescimento percebido entre as gerações, já que a primeira se trata das informações educacionais do beneficiário respondente e a segunda, das informações de seus pais. A questão tinha o objetivo de saber a percepção que os respondentes teriam do próprio questionário e o que, culturalmente, haviam recebido de seu progenitor. Percebe-se que, em se tratando dos respondentes, 42,86% apresenta escolaridade acima do 1º ano do primário, enquanto que seus pais, na maioria das respostas (53,06%), apresentam-se analfabetos ou sem instrução formal.

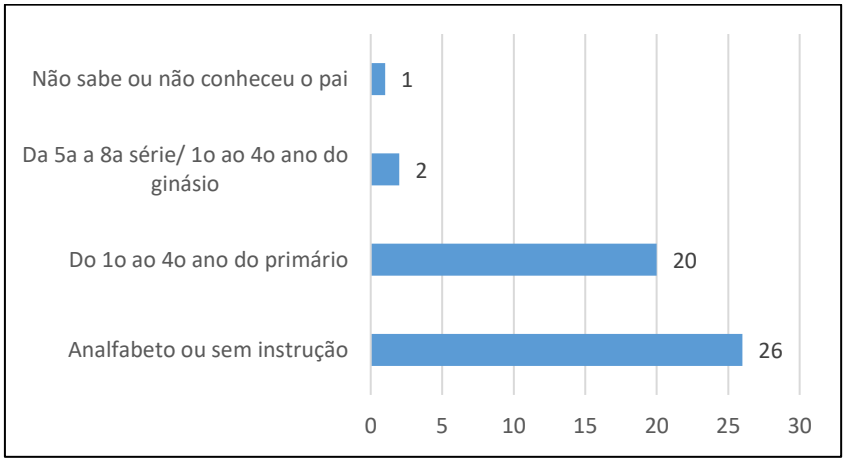
Os dados de escolaridade podem ainda evidenciar a permanência das famílias na zona rural, exercendo atividades agrícolas ou afins, tendo em vista que para ter acesso à educação de terceiro grau, as famílias devem deslocar-se para a zona urbana ou para os grandes centros.

Figura 13: Escolaridade dos Respondentes



Fonte: Elaborada pela autora (2017).

Figura 14: Escolaridade do Pai



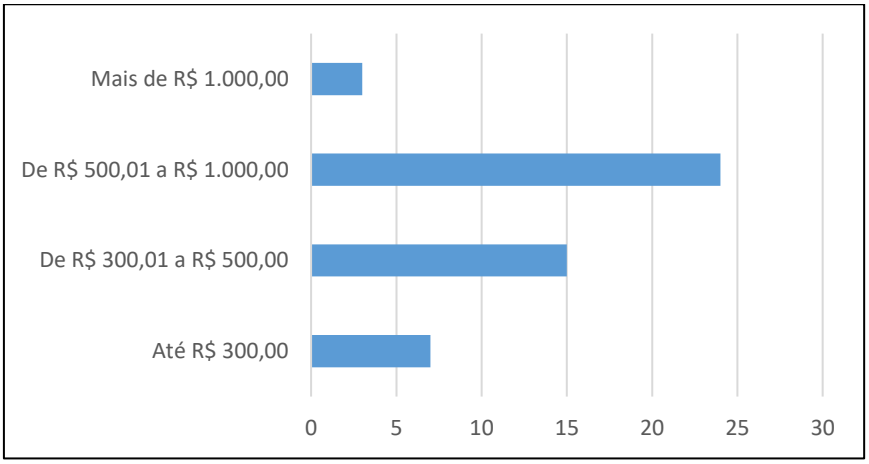
Fonte: Elaborada pela autora (2017).

Com relação à renda individual do respondente e renda familiar, a variação é mínima, o que denota que apenas uma pessoa da família obtém algum rendimento, independente da fonte. As famílias, para tornarem-se beneficiárias do PNHR, devem ser, comprovadamente, produtores rurais ou agricultores, de acordo com a portaria que o regulamenta, e também praticam a agricultura de subsistência.

As Figuras 15 e 16 apresentam as faixas de rendimento individual e familiar dos beneficiários respondentes, que se tornam também indicadores da possibilidade de manutenção da nova moradia, o que poderia tornar-se alvo de um pensamento não sustentável, economicamente, caso a mudança de residência trouxesse grande alteração na estrutura de custos familiar. A faixa

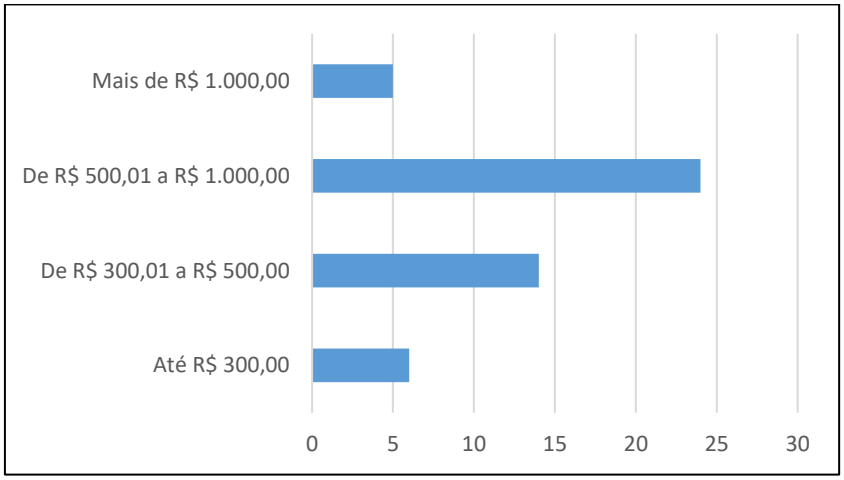
de rendimento familiar e individual apresentam a mesma frequência de ocorrência no valor de 48,98%.

Figura 15: Renda Individual



Fonte: Elaborada pela autora (2017).

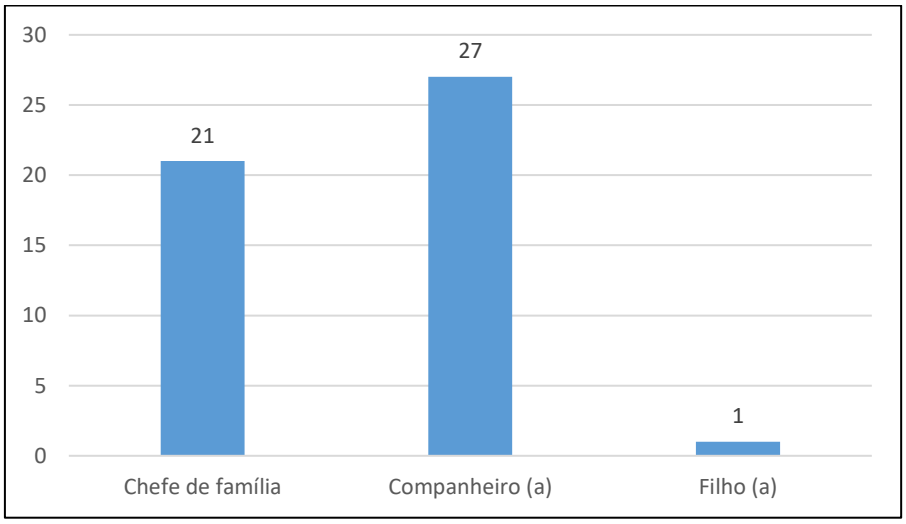
Figura 16: Renda Familiar



Fonte: Elaborada pela autora (2017).

Conforme citado anteriormente, a Figura 17 apresenta a condição do beneficiário respondente, ou o papel que desempenha, na família que reside na moradia. Apenas um respondente assumiu a condição de filho, sendo a maioria chefe de família ou companheiro(a) do chefe da família. Levando em conta o alto índice de resposta como do sexo feminino, percebe-se ainda o protagonismo da mulher, seja como provedora financeira da casa, seja como suporte para manutenção da moradia, o que tornam as respostas ainda mais aproximadas da realidade.

Figura 17: Condição no Domicílio

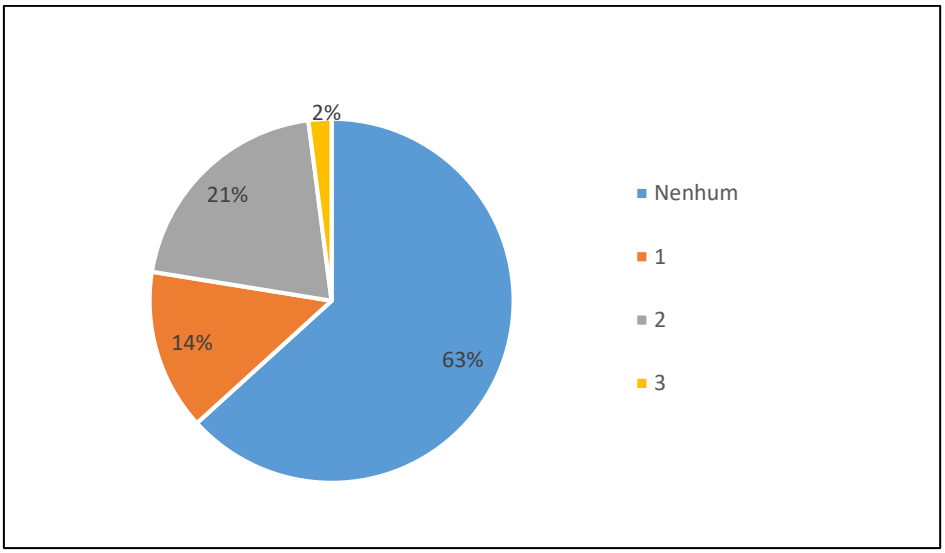


Fonte: Elaborada pela autora (2017).

A presença de idosos e crianças também foi alvo da investigação. A questão é validada pela condição espacial exigida pelas duas categorias. A avaliação do espaço da moradia, por basear-se em seu uso e ocupação, tem uma ótica diferenciada quando se tem crianças e idoso como referencial, já que exigem maiores cuidados.

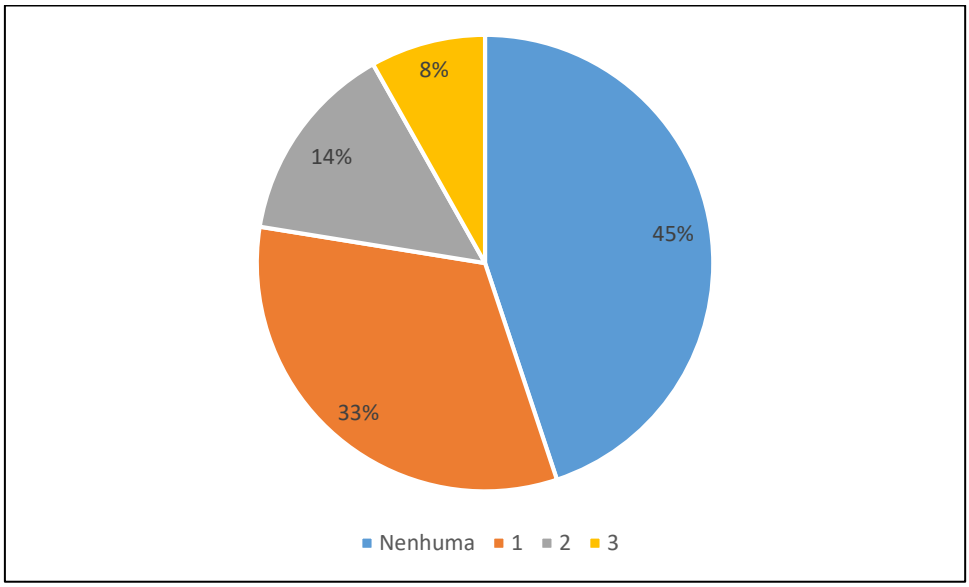
A Figura 18 mostra que a maior parte das famílias beneficiadas não contém nenhum idoso, com 63% das respostas. A Figura 19 demonstra que 47% das famílias têm entre uma e duas crianças apenas e 45% não têm nenhuma.

Figura 18: Idosos na Moradia



Fonte: Elaborada pela autora (2017).

Figura 19: Crianças na Moradia



Fonte: Elaborada pela autora (2017).

Um outro aspecto avaliado nas famílias beneficiárias, e que gera uma avaliação diferenciada sobre a moradia, é a presença de pessoas com necessidades especiais. Apesar do projeto arquitetônico utilizado pelo PNHR prever espaços apropriados para facilitar a mobilidade de cadeirantes, entende-se por necessidades especiais um espectro bem maior de possibilidades, no que se refere à condição humana.

Das famílias beneficiadas representadas nessa pesquisa, seis delas apresentam uma pessoa com necessidades especiais, o que corresponde a 12% do total, aproximadamente. As deficiências foram geradas por acidentes de trabalho.

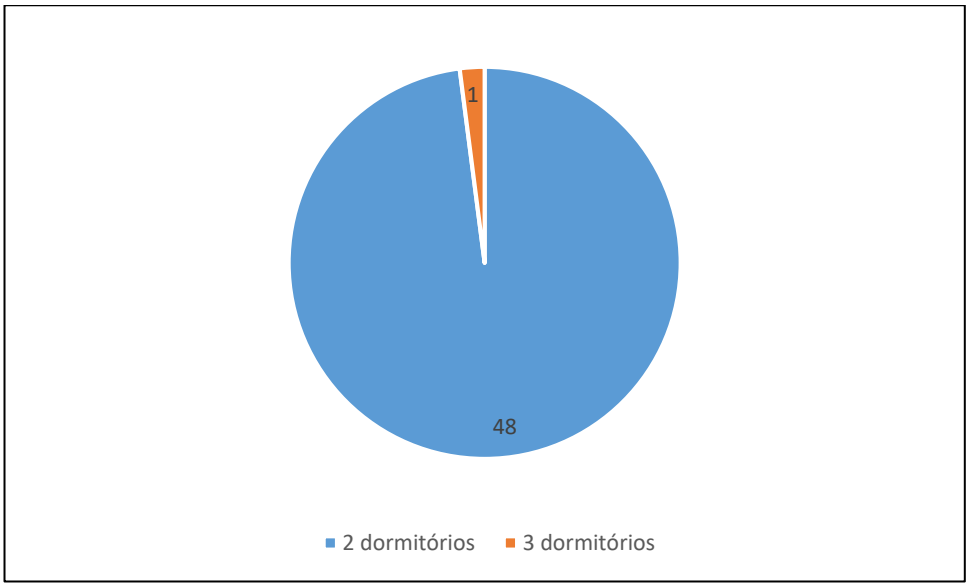
4.2.2 Segundo Bloco – Questões sobre o entendimento de sustentabilidade

Para que os respondentes compreendessem o objetivo da avaliação da sua moradia, foi necessário inseri-los num raciocínio voltado à sustentabilidade, de forma que as respostas do terceiro bloco de perguntas fossem mais bem direcionadas. Como trata-se de pessoas com baixo grau de escolaridade, tratar sobre "sustentabilidade" poderia trazer dúvidas. As questões a seguir tem esse objetivo.

Na Figura 20, os beneficiários foram questionados sobre o uso do espaço da moradia, especificamente, dos dormitórios, uma vez que dependendo do tamanho e cultura familiar, a casa

poderia transformar-se e apresentar um novo uso. Dos 49 respondentes, apenas um respondeu que utiliza três cômodos da casa como dormitório, o que corresponde a 2% dos entrevistados, aproximadamente. Levando em conta que a o projeto da casa disponibiliza apenas dois dormitórios, essa família dá novos usos ao espaço.

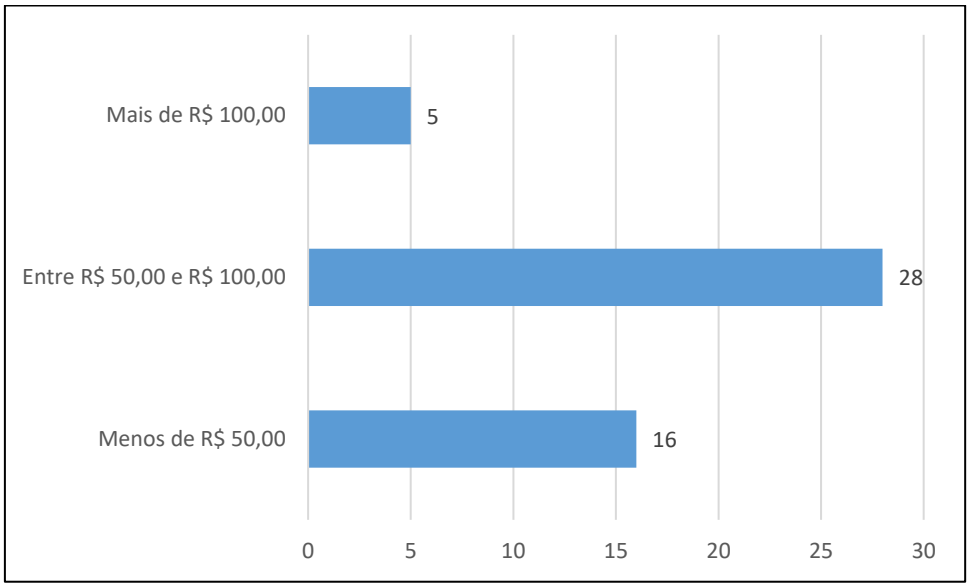
Figura 20: Cômodos utilizados como dormitório



Fonte: Elaborada pela autora (2017).

A Figura 21 apresenta os gastos mensais das famílias com água e energia elétrica. A questão tem como objetivo avaliar se há sobrecarga financeira com a nova moradia, o que remete ao pensamento da sustentabilidade econômica. O PNHR, além de ter como um de seus objetivos a permanência do homem no campo e manutenção da sua atividade rural, desenvolver e trazer qualidade de vida ao mesmo. Onerar o orçamento familiar com uma moradia "urbanizada" não é um pensamento que colabora com esse objetivo. Observa-se, portanto, que a maior parte dos respondentes - 89%, tem gastos até R$ 100,00 mensais, com água e energia, o que colabora com o pensamento sustentável.

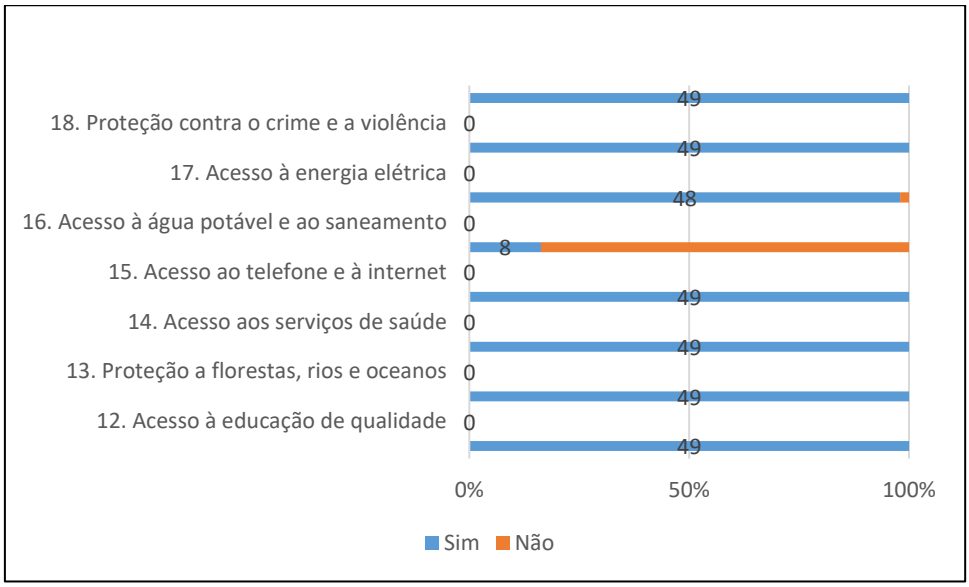
Figura 21: Gastos mensais com luz e água



Fonte: Elaborada pela autora (2017).

Quando questionados se consideram importantes alguns aspectos da vida cotidiana como indicadores de qualidade de vida, os beneficiários respondentes apresentaram suas respostas, conforme a Figura 22.

Figura 22: Indicadores de Qualidade de Vida



Fonte: Elaborada pela autora (2017).

Avaliando questões como segurança, acesso à energia elétrica, água, serviços de telefonia e internet, serviços de saúde, educação de qualidade e ainda, proteção ao meio ambiente, é fácil perceber que, apesar da pouca escolaridade – conforme Figura 13, citado anteriormente, os respondentes importam-se com questões que o direcionam para o pensamento sustentável, uma vez que se tornam filtros para avaliação da nova moradia, como instrumento de desenvolvimento e qualidade de vida. Segundo a Figura 22, há unanimidade em todas as questões, exceto no acesso a água potável, onde apenas um respondente entende não ser importante e no acesso ao telefone e internet, que 41 respondentes entendem não trazer ganhos à qualidade de vida.

Essa postura contrária ao pensamento da modernização da internet e telefone, pode denotar resistência por parte dos beneficiários às conveniências e inovações comuns na vida urbana. Uma segunda hipótese para explicar esse pensamento, é de que esses serviços são de natureza privada, enquanto os demais são papel do Estado.

4.2.3 Terceiro Bloco – Avaliação da Nova Moradia

A questão que compõe esse bloco é uma avaliação, baseada na escala de likert, de itens considerados importantes pelo PMCMV na moradia social. Os beneficiários respondentes optaram por notas entre 1 e 5, sendo 1 discordo totalmente e 5 concordo totalmente, ficando a nota 3 como indiferente.

A Tabela 2 apresenta o resultado, aplicando a média para cada questão levantada. A legenda para melhor entendimento da tabela, segue abaixo.

1	2	3	4	5
Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Indiferente	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente

Tabela 2: Avaliação da Moradia

Boa iluminação	1	2	3	4	5	**5,00**	Médias
					48		
Umidade e goteira	1	2	3	4	5	**4,75**	
	3				45		
Temperatura desagradável	1	2	3	4	5	**1,17**	
	46				2		
Cômodos bem distribuídos	1	2	3	4	5	**4,69**	
				15	33		
Pequena	1	2	3	4	5	**2,10**	

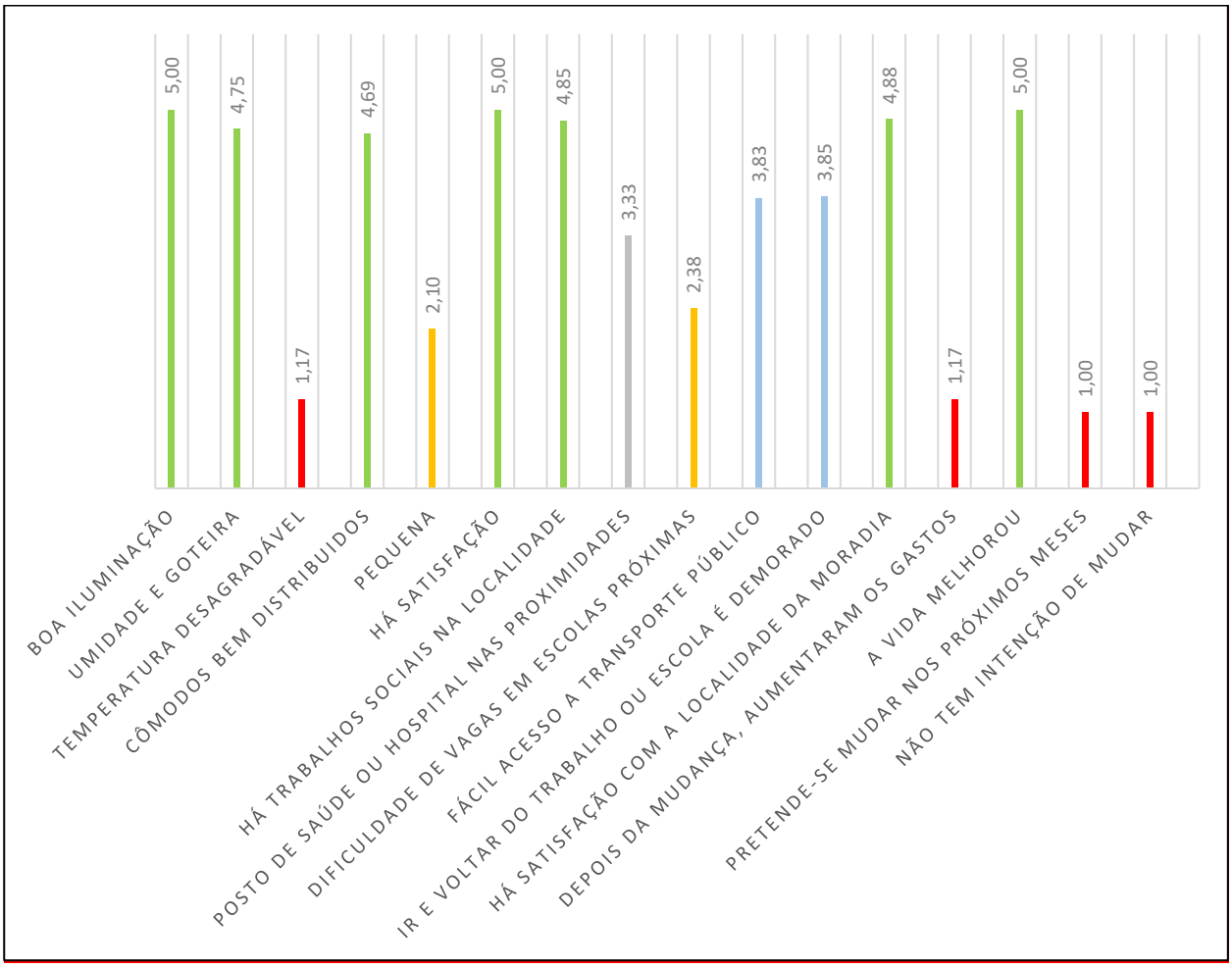
	30	2		13	3	
Há satisfação	1	2	3	4	5	**5,00**
					48	
Há trabalhos sociais na localidade	1	2	3	4	5	**4,85**
	1	1			46	
Posto de saúde ou hospital nas proximidades	1	2	3	4	5	**3,33**
	11	3		27	7	
Dificuldade de vagas em escolas próximas	1	2	3	4	5	**2,38**
	17	15		13	3	
Fácil acesso a transporte público	1	2	3	4	5	**3,83**
	2	5		33	8	
Ir e voltar do trabalho ou escola é demorado	1	2	3	4	5	**3,85**
	2	2		41	3	
Há satisfação com a localidade da moradia	1	2	3	4	5	**4,88**
	1			2	45	
Depois da mudança, aumentaram os gastos	1	2	3	4	5	**1,17**
	44	2		2		
A vida melhorou	1	2	3	4	5	**5,00**
					48	
Pretende-se mudar nos próximos meses	1	2	3	4	5	**1,00**
	48					
Tem intenção de mudar	1	2	3	4	5	**1,00**
	49					

Fonte: Elaborada pela autora (2017).

A Figura 23, apresenta em colunas e com as cores correspondentes às notas médias aferidas, cada um dos itens avaliados que, em conjunto, proporcionam uma visão global da satisfação do beneficiário respondente desse empreendimento, e sugere o direcionamento à sustentabilidade ambiental, econômica, social e cultural, uma vez que a qualidade de vida apresenta melhorias, mas os valores antes estabelecidos para a família não são prejudicados, como o uso do espaço, satisfação com a localidade e o não aumento dos gastos familiares.

Há também boa avaliação no acesso à trabalhos sociais, hospitais e postos de saúde e equipamentos educativos. A avaliação sobre a distância do local de trabalho também foi favorável, o que também colabora para o pensamento sustentável.

Figura 23: Avaliação da Moradia - Médias



Fonte: Elaborada pela autora (2017).

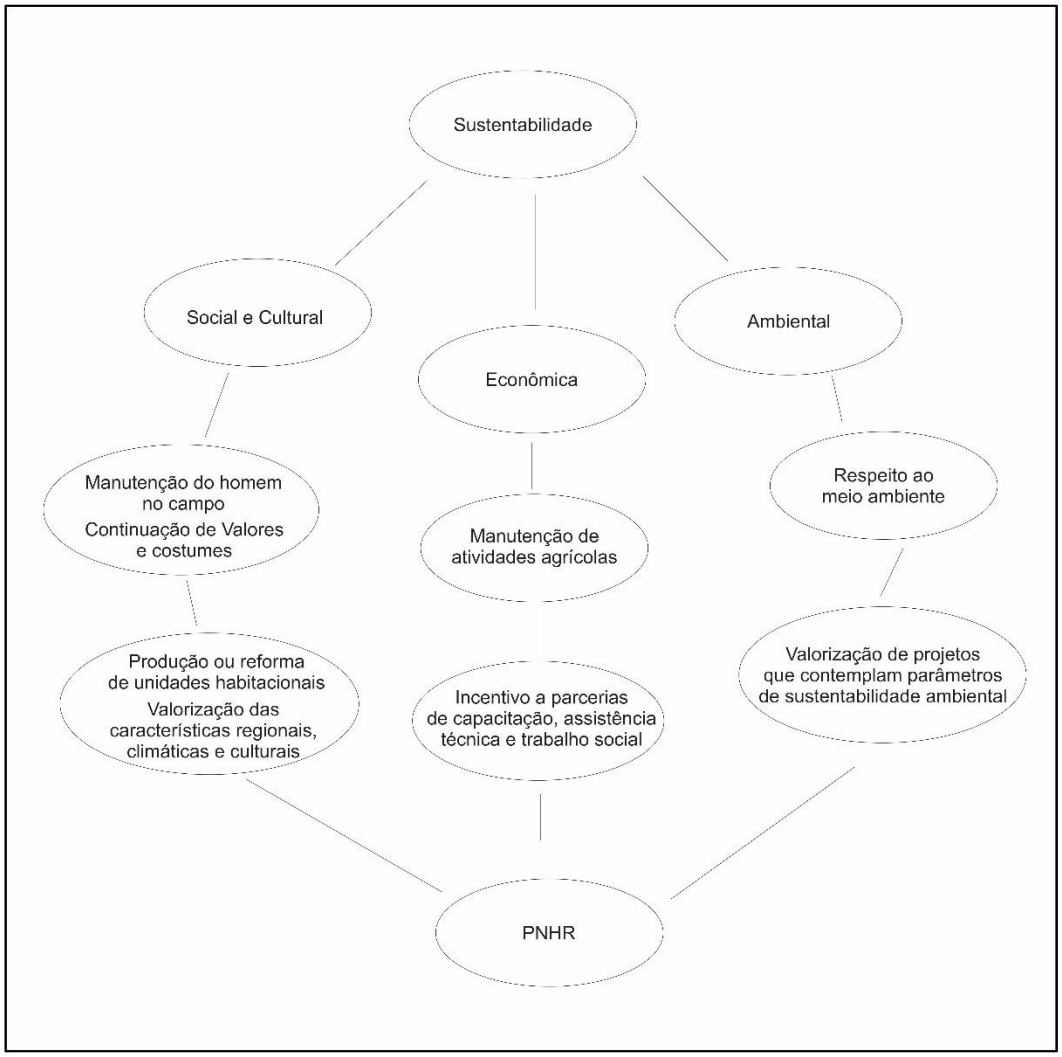
A habitação social, transformada em moradia através do PNHR tem resultados positivos no município de Nova Olinda/CE, mais especificamente em sua zona rural, apresentando como um potencial instrumento de melhoria para a vida dos beneficiários do programa e para as gerações futuras.

4.3 Diagrama – A Sustentabilidade e o PNHR

O estudo realizado sobre o Programa Nacional de Habitação Rural e a sustentabilidade, nos pilares ambiental, econômico, social e cultural, proporcionou a elaboração de um diagrama, que simboliza a consolidação dos conceitos absorvidos e a confirmação do pensamento sustentável do programa.

A Figura 24 busca apresentar os conceitos e ideias abordados no estudo, de forma a relaciona-los e facilitar o entendimento dessa relação. As linhas inseridas no diagrama não possuem sentido único, ao contrário, indicam a ligação entre as ideias para que sejam compreendidas juntas.

Figura 24: Diagrama – A Sustentabilidade e o PNHR



Fonte: Elaborada pela autora (2017).

Analisando a Figura 24, vê-se a intimidade entre os pilares da sustentabilidade e as diretrizes do PNHR, indicando que, além de uma política pública, o programa apresenta esse conceito como condição de existência, tanto em sua norma, como na prática, conforme sinalizado nos resultados alcançados nas entrevistas em profundidade e nos questionários aplicados aos beneficiários em Nova Olinda/CE.

A proposta de permanência do homem no campo, da manutenção dos seus valores e costumes, do incentivo a parcerias locais no desenvolvimento das atividades agrícolas e a valorização de projetos responsáveis com o meio ambiente posicionam o PNHR como uma política pública sustentável, através da concessão de moradias populares na zona rural das regiões com déficit habitacional, conforme a sua aplicação na zona rural de Nova Olinda.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo geral identificar, nas etapas de aplicação do Programa Nacional de Habitação Rural, a sua atuação como agente do desenvolvimento regional sustentável. Para isso, foi estudado o empreendimento, já construído e entregue, para 50 famílias da zona rural do município de Nova Olinda, Ceará.

A pesquisa utilizou ferramentas quantitativas e qualitativas para que a tabulação e análise trouxessem confirmação das hipóteses levantadas. Os instrumentos de coleta de dados foram criados ou adaptados para trazerem respostas aos objetivos específicos descritos anteriormente.

Pretendeu-se ainda, com esse estudo, fomentar a discussão sobre a sustentabilidade de políticas públicas, comumente vistas como eleitoreiras, mas que impactam a vida dos cidadãos, inicialmente beneficiados, que carregam consigo as verdadeiras consequências dessas ações, economicamente, socialmente e culturalmente. É importante ainda citar os possíveis impactos emocionais que um programa habitacional pode acarretar, já que apresenta ao homem do campo, como é o caso, uma nova possibilidade de vida, mas o afasta da sua memória, do seu passado. Tratar de habitação é falar do ambiente que comporta os indivíduos, em toda a sua complexidade.

Surgiram dificuldades na realização dessa pesquisa, principalmente em relação à confiabilidade das informações prestadas pelos sujeitos pesquisados, já que se tratam de questões que avaliam ações governamentais, além da disponibilidade dos mesmos em indicar situações do seu dia-a-dia, de forma transparente e honesta.

Ainda assim, este estudo se apresenta como uma importante iniciativa para os estudos do desenvolvimento regional sustentável na região do Cariri cearense, podendo ser aplicado em outras localidades e abrindo a possibilidade para aprofundamento dos estudos no campo da habitação rural. Permite ainda o redirecionamento da pesquisa para viés afetivo da sustentabilidade, ainda pouco explorado, para melhor compreensão da convivência do homem com o Semiárido, objeto de estudo do desenvolvimento regional sustentável.

Conclui-se que a pesquisa alcançou os seus objetivos, confirmando o viés sustentável do PNHR, tanto do ponto de vista dos seus beneficiários, quanto do ponto de vista dos agentes facilitadores ou demais partes do programa.

É possível perceber claramente que as famílias beneficiadas, além de compreenderem a nova moradia como um retrato do desenvolvimento pessoal e familiar, percebem o impacto positivo que isso causa nas gerações futuras, social, econômica e ambientalmente.

O SINTRAF, através de sua atual gestora, compreende o ganho causado para região e, principalmente, para as famílias dos trabalhadores agrícolas da zona rural de Nova Olinda/CE, que permanecem no campo e contabilizam a diminuição do déficit habitacional da localidade.

A Caixa Econômica Federal, através do Gestor de Habitação da sede de Juazeiro do Norte e da Técnica Social que acompanhou a implantação do programa estudado, posiciona-se como um agente da sustentabilidade e garante o compromisso como executor de uma política pública estabelecida pelo Governo Federal.

Sugere-se, para continuação dessa pesquisa, uma comparação futura, não apenas com repostas dos beneficiários de outros municípios do estado do Ceará, mas também com as análises feitas quanto às respostas dos beneficiários do PMCMV no meio urbano, não apenas com o objetivo de destacar as individualidades de cada grupo, mas também de apresentar pontos de convergência dos estudos sobre a habitação social. Pode-se ainda construir um estudo comparativo entre as percepções da sustentabilidade dos programas sociais e políticas públicas, tanto do ponto de vista dos moradores urbanos, como no ponto de vista do homem do campo.

REFERÊNCIAS

AGUIRRE, Angel. **Cultura. Diccionário Temático de Antropologia.** 2 ed. Barcelona: Ed. Boixareu Universitaria, 1993.

BARDIN L. **Análise de conteúdo**. Lisboa*:* Edições 70, 1977.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático**. 13 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

BRAGA, Tânia Moreira (et al.). Índices de sustentabilidade municipal: o desafio de mensurar. **Nova Economia**. Belo Horizonte, v. 14, n.3, set./dez., p. 11-33, 2014. Disponível em: http://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/435/434 > Acesso em: 01dezembro2016.

BRANDÃO, Douglas Queiroz; HEINECK, Luiz Fernando Mählmann. Significado multidimensional e dinâmico do morar: compreendendo as modificações na fase de uso e propondo flexibilidade nas habitações sociais. **Revista Ambiente Construído**, Porto Alegre, v.3, n.4, out/dez, p. 35-48, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.

BRASIL. **I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional.** Texto de Referência. Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional, 2012.

_____. **A PNDR em dois tempos: A experiência apreendida e o olhar pós 2010.** Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, 2010.

_____. **Pesquisa de satisfação dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida**. Brasília, DF: MCIDADES; SNH; SAE-PR; IPEA, 2014.

BURSTYN, Marcel (org.). **Ciência, Ética e Sustentabilidade.** 2ª ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001.

BUTZKE, Alindo; PONTALTI, Sieli. **"Sustentabilidade Planetária"**. RECH, Adir Ubaldo. *Instrumento de desenvolvimento e sustentabilidade urbana*. Caxias do Sul, RS: Educs, 2014

CMMAD – **Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nosso futuro comum.** 2a ed. Tradução de Our common future. 1a ed. 1988. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; DA SILVA, Roberto. **Metodologia Científica.** 6ª Ed. São Paulo. Pearson Prentice Hall, 2007.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano.** 11ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2005.

CHACON, Suely Salgueiro. **O Sertanejo e o Caminho das Águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semi-árido.** Fortaleza. Banco do Nordeste do Brasil, 2007.

DAMATTA, Roberto. **A Casa & A Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil.** 5 ed. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1997.

ROSSER, Ezra. **Rural Housing and Code Enforcement: Navigating Between Values and Housing Types**, 13 GEO. J. POVERTY LAW & POL'Y 33 (2006).

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio – O dicionário da língua portuguesa.** 8ª ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio. **Foucault e Heidegger: a ética e as formas históricas do habitar (e do não habitar).** Tempo Social. Rev. Sociol. USP. São Paulo, n. 7, (136-149), outubro 1995.

FORTE, Sérgio Henrique Arruda C. **Manual de Elaboração de Tese, Dissertação e Monografia.** Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 2001.

FREYRE. Gilberto. **Sobrados e Mucambos.** 1ª ed. Digital. São Paulo: Global Editora, 2013.

FUNDAÇÃO IBGE. **Sinopse preliminar do censo demográfico 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil/2013-2014.** Belo Horizonte: FJP, 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GRAY, David E. **Pesquisa no Mundo Real.** 2 ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

GÜNTHER, Hartmut; PINHEIRO, José Q.; GUZZO, Raquel Souza Lobo. **Psicologia ambiental: entendendo as relações do homem com seu ambiente**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001.

HEIDEGGER, Martin. **Construir, Habitar, Pensar.** In CHOAY, Françoise. *O Urbanismo*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2003, p.346-350.

HESPANHA, Pedro; et al. **Dicionário internacional da outra economia.** Coimbra: Edições Almedina, 2009.

HOUAISS, Antonio. **Dicionário da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável.** Rio de Janeiro, 2012.

IDECI – Instituto de Desenvolvimento Institucional das Cidades do Ceará. **Conhecendo o Município de Nova Olinda**. Fortaleza: IDECI Gestor, 2015.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Texto para Discussão N. 621. **Êxodo Rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil: Panorama dos Últimos 50 Anos.** Rio de Janeiro, 1999.

_____. **Texto para Discussão – O Gigante Invisível: Território e População Rural para além das Convenções Oficiais.** Rio de Janeiro, 2014.

IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Perfil Básico Municipal 2016 Nova Olinda**. Fortaleza: 2016.

JAGUARIBE, Hélio. **Brasil, Homem e Mundo: Reflexão na virada do século.** Rio de Janeiro: Ed. Topbooks, 2000.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2008.

LANZANA, Antônio E. **Economia Brasileira: Fundamentos e Atualidade.** 4 ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2012.

LEFF, Enrique. **Ecologia, Capital e Cultura.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos.** 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Portaria nº 194, de 30 de abril 2013. **Regulamenta o Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, para os fins que especifica.** Brasília, 2013.

_____. Portaria nº 268, de 22 de março 2017. **Regulamenta o Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, para os fins que especifica.** Brasília, 2017.

_____. **Minha Casa Minha Vida.** Disponível em: www.minhacasaminhavida.gov.br, em 5 dez 2016.

OLSEN. Edgar O. **National Bureau of Economic Research. Housing Programs for Low-Income Households.** January, 2003.

REIS, José Cláudio dos. SELOW, Marcela Lima Cardoso. **Vitrine Produção Acadêmica**. Curitiba, v.4, n.2, p.89-157, jul/dez. 2016.

SEN, Amathya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

VASCONCELOS, Naumi. **Qualidade de Vida e Habitação.** In CAMPOS, Regina H. de F. (org.). Psicologia Social Comunitária*:* da solidariedade à autonomia. 9 ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2003, p.127-163.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

APÊNDICE I – Roteiros das Pesquisas

A) Roteiros das Entrevistas

A.1 Ao Gestor de Habitação da Caixa Econômica Federal (CEF) de Juazeiro do Norte/CE

Temas a serem abordados na entrevita:

1) Interesse da CEF no PNHR;
2) Participação da CEF no PNHR;
3) Escolha dos parceiros;
4) Acompanhamento das obras;
5) Entrega das casas;
6) Acompanhamento pós entrega.

A.2 Ao Gestor do Sindicado dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – SINTRAF

1) Tomada de conhecimento do PNHR;
2) Interesse do SINTRAF no PNHR;
3) Participação da SINTRAF no PNHR;
4) Escolha das famílias;
5) Acompanhamento das obras;
6) Entrega das casas;
7) Acompanhamento pós entrega.

A.3 Ao Técnico Social da Caixa Econômica Federal

1) Trabalho desenvolvido junto aos beneficiários do PNHR;
2) Principal interesse social do programa;
3) Preocupação com a sustentabilidade sócio-cultural, econômica e ambiental do programa.

B) Questionário – Beneficiários

QUESTIONÁRIO

Este questionário objetiva a obtenção de informações para composição de uma pesquisa acadêmica de mestrado, sobre a satisfação dos usuários do Programa Habitacional de Habitação Rural do município de Nova Olinda/CE. As informações colhidas não serão divulgadas com nenhum cunho comercial ou de forma a denegrir a personalidade dos respondentes. Para melhor preenchimento, assinalar apenas uma alternativa de cada questão (exceto a última questão) sendo essa a que melhor resume o pensamento do respondente para a pergunta correspondente.

01. Há quanto tempo a família reside no domicílio?

1. Até um ano
2. Entre um e dois anos
3. Mais de dois anos

02. Idade do entrevistado (anos completos): _____

03. Localidade da Moradia: _____

04. Sexo

1. Feminino
2. Masculino

05. Qual a sua cor ou raça?

1. Branca
2. Preta
3. Amarela (origem japonesa, chinesa, coreana, etc.)
4. Parda (morena)
5. Indígena

06. Qual foi a última série escolar que você concluiu com aprovação?

1. Analfabeto ou sem instrução
2. Do primeiro ao quarto ano do primário
3. Quinta a oitava série/1º ao 4 º ano ginásio
4. Primeiro ano do 2º grau
5. Segundo ano do 2º grau
6. Terceiro ano do 2º grau/Segundo grau completo
7. Iniciou a faculdade/universidade mas não se formou

8. Graduação/faculdade
9. Especialização/Mestrado/Doutorado

07. Até que série seu pai estudou?

1. Analfabeto ou sem instrução
2. Do primeiro ao quarto ano do primário
3. Quinta a oitava série/1º ao 4 º ano ginásio
4. Primeiro ano do 2º grau
5. Segundo ano do 2º grau
6. Terceiro ano do 2º grau/Segundo grau completo
7. Iniciou a faculdade/universidade mas não se formou
8. Graduação/faculdade
9. Especialização/Mestrado/Doutorado
10. Não sabe ou não conheceu o pai

08. Considerando todas as suas fontes de renda, qual foi a renda total obtida no último mês? Devem ser somadas todas as fontes de renda (salário, aposentadoria, pensão, programas sociais, aluguel, remuneração financeira, etc.): _____

09. **Considerando agora todos os moradores (parentes e agregados) que vivem na sua casa e todas as suas fontes de renda, qual foi a renda total obtida no último mês? Devem ser somadas todas as fontes de renda (salário, aposentadoria, pensão, programas sociais, aluguel, remuneração financeira, etc.): _____**

10. Qual o número de moradores no domicílio (parentes e agregados)? _____

11. Ter 'acesso a alimento de qualidade' é um dos 5 itens mais importantes para você e sua família?

1. Sim
2. Não

12. Ter 'acesso à educação de qualidade' é um dos 5 itens mais importantes para você e sua família?

1. Sim
2. Não

13. **‘Proteção a florestas, rios e oceanos’ é um dos 5 itens mais importantes para você e sua família?**
    1. Sim
    2. Não

14. **‘Acesso dos serviços de saúde’ é um dos 5 itens mais importantes para você e sua família?**
    1. Sim
    2. Não

15. **‘Acesso ao telefone e à internet’ é um dos 5 itens mais importantes para você e sua família?**
    1. Sim
    2. Não

16. **‘Acesso à água potável e ao saneamento’ é um dos 5 itens mais importantes para você e sua família?**
    1. Sim
    2. Não

17. **‘Acesso à energia em sua casa’ é um dos 5 itens mais importantes para você e sua família?**
    1. Sim
    2. Não

18. **‘Proteção contra o crime e a violência’ é um dos 5 itens mais importantes para você e sua família?**
    1. Sim
    2. Não

19. **Condição no Domicílio: Nessa casa, você é?**
    1. Chefe de família
    2. Companheiro (a)
    3. Filho (a)
    4. Genro/Nora
    5. Neto (a)
    6. Pai/Mãe
    7. Sogro (a)
    8. Avô (ó)
    9. Irmão (ã)

10. Outro parente: _____

20. Quantas famílias residem no domicílio atual? _____

21. Qual o número de idosos (com mais de 60 anos) que vivem no domicílio atual?
_____

22. Qual o número de crianças (com menos de 14 anos) que vivem no domicílio atual?
_____

23. Qual o número de pessoas com deficiência que vivem no domicílio atual?
_____

24. Quantos cômodos estão servindo de dormitório para os moradores do seu domicílio atual?
_____

25. Qual é o gasto mensal com água e luz no domicílio atual? _____

26. De 5 a 1, onde "5" significa concordo totalmente e "1' significa discordo totalmente, qual a sua opinião quanto:

1	2	3	4	5
Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Indiferente	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente

( ) A nossa casa é bem iluminada
( ) Não tempos problemas graves de umidade ou goteira
( ) A temperatura da nossa casa é desagradável (muito quente ou muito fria)
( ) Oa cômodos são bem distribuídos
( ) A nossa casa é muito pequena
( ) Estamos muito satisfeitos com a nossa casa
( ) Aqui na localidade teve gente fazendo trabalho social (ações de caráter informativo e educativo, que promovam o exercício da cidadania e favoreçam a organização e gestão comunitária dos espaços comuns)
( ) Aqui perto tem posto de saúde ou hospital
( ) É muito difícil conseguir uma vaga numa escola próxima
( ) Aqui perto é fácil de pegar transporte público

( ) Nós demoramos muito tempo para ir e voltar do trabalho (ou escola)

( ) Estamos muito satisfeitos com a localização da nossa casa

( ) Quando mudamos pra cá, passamos a gastar muito mais

( ) Mudar para essa nova moradia fez a nossa vida melhorar

( ) Nós pretendemos mudar dessa nova moradia nos próximos meses

27. **Se alguém da nova casa tem intenção de mudar nos próximos 12 meses, quais seriam as três principais razões que o fariam desejar sair do imóvel? Assinalar apenas 3 opções.**

1. Não tem intenção de mudar
2. Família quer construir um domicílio exclusivo
3. Falta de vagas em creches ou escola fundamental
4. Falta de atendimento nos serviços básicos de saúde
5. Segurança pública insuficiente
6. Dificuldade de uso de transporte e locomoção
7. Gastos com moradia
8. Gastos com transporte
9. Outro motivo _____

APÊNDICE II – Transcrição das Entrevistas em Profundidade

Gerente de Habitação da Caixa Econômica Federal:

A CAIXA é o principal agente de implantação da política habitacional do Governo Federal. Seu interesse no processo é precípuo ao papel que exerce como instituição financeira governamental cujo atividade deve refletir obrigatoriamente em ganho social para todos os brasileiros. Em suma, é na realização de projetos como aqueles do Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR que a CAIXA demonstra sua relevância no contexto socioeconômico nacional e justifica sua própria existência.

A CAIXA atua em dois papéis para a concretização do PNHR. Inicialmente como Gestora Operacional do Programa, a CAIXA controla os recursos repassados aos agentes financeiros que atuam no PNHR, realiza a recepção das propostas das Entidades Organizadoras e encaminha ao Ministério das Cidades, por meio da Secretaria Nacional de Habitação.

Também é papel da CAIXA atuar como Agente Financeiro do PNHR, realizando a análise das propostas apresentadas, sua contratação, acompanhamento e liberações de recursos para sua realização.

A implantação do PNHR é realizada com base na contratação com Entidades Organizadoras sem fins lucrativos submetidas ao processo de habilitação rural, conforme regras estabelecidas pelo Ministério das Cidades.

A escolha dos beneficiários é realizada por cada Entidade Organizadora atendendo aos critérios e diretrizes de seleção dos candidatos, na forma disciplinada pelo Ministério das Cidades.

Segundo a Portaria MCIDADES 268/2017, é de responsabilidade da Entidade Organizadora contratada o gerenciamento, a fiscalização e a prestação de assistência técnica necessários à consecução das obras de construção das casas, bem como pela sua conclusão e a adequada apropriação pelos beneficiários finais.

À CAIXA, como agente financeiro atuante no PNHR, cabe acompanhar a execução das obras e serviços, adotando procedimentos que permitam a aferição da compatibilidade entre a execução financeira e a execução física das unidades habitacionais.

A entrega das casas ocorre após a conclusão de todos os serviços atinentes a sua construção e a constatação de sua funcionalidade, com comprovação de abastecimento de água, energia elétrica e esgotamento sanitário – solução coletiva ou individualizada -, e ainda com o ateste de atendimento qualitativo das especificações construtivas estabelecidas pelo Programa e

definidas em Memorial Descritivo apresentado pela Entidade Organizadora por ocasião da contratação.

Após a entrega das unidades habitacionais é feito um acompanhamento de adaptação das famílias a partir de eventos realizados pela equipe de Trabalho Técnico Social contratada pela Entidade Organizadora com o monitoramento da equipe de Técnicos Sociais da CAIXA.

Como suporte técnico, a CAIXA mantém um atendimento gratuito por meio telefônico para registro de possíveis defeitos construtivos detectados nas unidades habitacionais após a entrega e ocupação, realizando o contato com a Entidade Organizadora para a retirada de pendências.

O comprometimento da CAIXA com a sustentabilidade do Programa está presente em múltiplas ações ao longo dos processos de contratação, construção e ocupação das unidades habitacionais, dentre as quais destacamos, no campo técnico, a consideração de peculiaridades culturais e regionais na análise dos projetos apresentados e, no campo social, o cuidado com a contextualização das ações de mobilização, orientação e participação com a cultura do lugar.

Para a CAIXA, o PNHR representa um dos melhores programas de inclusão social do Governo Federal, que, para além de reter o êxodo rural, confere dignidade ao homem do campo. Uma casa bem construída com custeio subsidiado permite ao trabalhador camponês estruturar sua vida e de sua família - o reposiciona socialmente. Por fim, esta iniciativa resgata o valor do trabalho no campo.

A CAIXA, como um banco parceiro das políticas públicas do Governo Federal, reconhece no PNHR um componente fundamental de seu balanço social.

Assistente técnico-social da Caixa Econômica Federal:

No PNHR há um valor destinado por beneficiário - até 2015, este valor era de R$ 400,00 por beneficiário - para a realização de atividades ambientais e sócio educativas que visem ao fortalecimento comunitário com o objetivo de deter o homem do campo no campo e busque soluções de sustentabilidade na relação com o meio ambiente, bem como, conservação patrimonial do bem adquirido.

De maneira geral, o técnico social parte de um diagnóstico social da comunidade beneficiada e trabalha as mudanças de hábito necessárias a serem incorporadas por cada grupo familiar, em consequência da utilização da unidade habitacional de alvenaria com banheiro e cozinha convencionais (a depender da característica sócio cultural de cada grupo de beneficiários, é comum pessoas que nunca tenham residido em casa de alvenaria, nem nunca tenham utilizado banheiro convencional, por exemplo).

As ações abrangem atividades informativas que vão desde cuidados com meio ambiente e o impacto da presença humana (esclarecimentos sobre realização de queimadas, contaminação do solo com dejetos humanos, uso adequado da água de acordo com a solução de água de cada Unidade Habitacional) a cuidados com preservação e manutenção do patrimônio, bem como ações de fortalecimento comunitário, como por exemplo: formação (ou reativação) de associações de produtores rurais; atividades voltadas para geração de renda e desenvolvimento sócio econômico da comunidade.

O programa nacional de habitação rural tem por objetivo atenuar o déficit habitacional na área rural tendo como estratégia a construção/reforma de unidades habitacionais em terreno próprio e com solução de água, de maneira que o homem do campo tenha fortalecido o seu vínculo com o campo.

De acordo com as regras do programa, há preocupação com a sustentabilidade sociocultural, econômica e ambiental do programa que devem perpassar desde a concepção do projeto de obra às atividades do projeto social, sendo respeitados uma das diretrizes do Trabalho Social que é a participação da comunidade na construção de soluções que atendam as diretrizes do programa (como citada a cima) e respeitem os valores culturais de cada comunidade trabalhada.

Gestora do Sindicado dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – SINTRAF:

Tomamos conhecimento do Programa Nacional de Habitação Rural através da própria Caixa Econômica que, até então, não era uma realidade no município de nova Olinda. Vale ressaltar que se não fosse o companheirismo dos servidores da Caixa na pessoa de Noemi Lemes, Mairton, André Luiz, Humberto, Sara, Paulo, Sarisa, Costa, o nosso projeto não teria andado, por que antes tudo era em Fortaleza e ficava mais difícil.

Assim que tomamos conhecimento, começamos a batalhar pela moradia para nossos agricultores, e não foi fácil, iniciamos o projeto em 2010 com 100 famílias e findamos apenas com 50, tudo isso por que que antes era tudo em Fortaleza e as coisas não andava, até que veio a agência pra Juazeiro do Norte e, aí sim, as coisas andaram e quando foi em 2014 o nosso projeto foi liberado.

O SINTRAF tem o maior cuidado em participar ativamente no PNHR, pois a vida dos nossos agricultores mudou completamente com esse programa.

O SINTRAF através da Assistente Social Neiva Fenelon tem o maior cuidado na escolha das famílias. Tentamos priorizar as mulheres chefes de família, famílias de baixa renda e de preferência, tentamos fazer com que o projeto chegue na localidade mais difícil, onde ninguém acredita que ele vá e ali deixar a referência do programa bem como da luta do SINTRAF em mudar a vida do agricultor.

A turma do SINTRAF acompanhada do começo ao fim, sem contar que colocamos mão na obra de verdade, por acreditamos que o projeto só e completo quando vivenciamos ela na prática e não apenas dentro de uma sala

A entrega das primeiras casas em nova Olinda foi a realização do sonho da casa própria dos nossos agricultores, uma realidade que ainda não existia, em especial, por que nossa cidade é de porte pequeno e nossas chances era bem poucas em relação a outras cidades de porte maior, bem como a consciência tranquila da equipe do SINTRAF em ter pegado um desafio enorme, e por anos ter perdido a credibilidade pregando um projeto que ainda não tinha saído papel, e que sem a ajuda de profissionais comprometidos de verdade com o social conforme mencionei acima não seria possível.

O SINTRAF mantém o bom relacionamento com as famílias que receberam suas moradias, por que esse projeto não visa apenas uma casa, mais acima de tudo vivenciar e criar vínculos com essas famílias.

Para o SINTRAF, desenvolver ações socialmente sustentáveis é proporcionar um ambiente que estimula a criação de relações de trabalho legítimas e saudáveis, além de favorecer o desenvolvimento pessoal e coletivo de forma direta ou indiretamente dos envolvidos. Para que sejamos economicamente sustentável, precisa ser capaz de oferecer e distribuir políticas públicas de forma clara e sempre justa.

APÊNDICE III – Fotos

Casa demolida após a entrega na nova habitação através do PNHR.

Obras do PNHR 2015

Sede do SINTRAF – Nova Olinda/CE

Solenidade de entrega das casas - 2015

Pesquisa Quantitativa – Aplicação de Questionários

ANEXOS

I) PORTARIA REGULAMENTAR – PNHR

PORTARIA INTERMINISTERIAL N° 326, DE 31 DE AGOSTO DE 2009 (Publicada no DOU, em 02/09/09 – seção 1, págs. 79/80)

Dispõe sobre o Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV. OS MINISTROS DE ESTADO DAS CIDADES E DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais, e considerando os artigos 16 e 17 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e o art. 12 do Decreto nº 6.819, de 13 de abril de 2009, resolvem:

Art. 1º O Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, de que tratam a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e o Decreto nº 6.819, de 13 de abril de 2009, fica regulamentado nos termos desta Portaria.

Art. 2º Serão beneficiários do PNHR os agricultores e trabalhadores rurais qualificados na forma do art. 8º do Decreto nº 6.819, de 2009.

§ 1º Para efeito de enquadramento nos grupos definidos no caput deste artigo, a renda bruta familiar anual dos agricultores rurais será aquela constante na Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, gerido pela Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

§ 2º Os trabalhadores rurais apresentarão à Caixa Econômica Federal, às instituições financeiras ou agentes financeiros do Sistema Financeiro da Habitação, na forma por estes definida, comprovação de renda formal ou informal, que permita atestar seu enquadramento nos grupos definidos no caput deste artigo.

§ 3º É vedada a participação no PNHR de agricultores e trabalhadores rurais que: I - tenham figurado, a qualquer época, como beneficiários de programas habitacionais lastreados nos recursos orçamentários da União ou de descontos habitacionais concedidos com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; II – sejam detentores de financiamento imobiliário ativo em qualquer localidade do território nacional; III – sejam proprietários, cessionários, arrendatários ou promitentes compradores de imóvel residencial urbano situado no atual local de domicílio ou onde pretenda fixá-lo; IV – sejam detentores de área superior a quatro módulos fiscais, na forma definida pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, gerido pela Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, bem como de qualquer outro imóvel rural; V – sejam assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA, gerido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, do Ministério do

Desenvolvimento Agrário; VI – constem do Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN, de que trata a Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002; ou VII – possuam débitos não regularizados junto à Receita Federal ou ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

§ 4º Em face do disposto no art. 2º da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, o atendimento ao Grupo 3, na forma qualificada pelo art. 8º do Decreto nº 6.819, de 2009, fica limitado a agricultores e trabalhadores rurais cuja renda bruta familiar anual não ultrapasse R$ 55.800,00 (cinquenta e cinco mil e oitocentos reais).

Art. 3º A subvenção econômica do PNHR será concedida uma única vez, para produção ou aquisição de um único imóvel, estando detalhada, juntamente com as demais condições operacionais do programa, nos Anexos I e II desta Portaria.

Art. 4º Os recursos do PNHR encontram-se distribuídos entre as Unidades da Federação, na forma do Anexo III desta Portaria.

§ 1º A distribuição entre Unidades da Federação foi efetuada de acordo com a estimativa do déficit habitacional, para as áreas rurais, considerando os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, referentes ao ano de 2007 e suas atualizações.

§ 2º Compete à Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, mediante Portaria precedida de decisão motivada, efetuar remanejamentos de recursos entre as Unidades da Federação, em função da demanda qualificada para contratação, a partir de solicitação fundamentada formulada pela Caixa Econômica Federal.

Art. 5º A Caixa Econômica Federal exercerá a gestão operacional dos recursos de subvenção do PNHR, ficando responsável: I - pelo controle e prestação de contas da aplicação dos recursos repassados às instituições financeiras ou agentes financeiros do Sistema Financeiro da Habitação; II – pela disponibilização, à Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, de dados e informações, na forma e periodicidade que venham a ser solicitados, que permitam o acompanhamento e avaliação do PNHR; e III – por outras atividades que lhe venham a ser atribuídas pela Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades ou pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, no âmbito de suas competências legais.

§ 1º A Caixa Econômica Federal receberá, mensalmente, a título de remuneração pelas atividades de gestão operacional exercidas no âmbito do PNHR, a importância correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento) de cada parcela das subvenções repassadas.

§ 2º A remuneração de que trata o parágrafo anterior será reavaliada anualmente, tendo por base os custos incorridos pela Caixa Econômica Federal e o desempenho das operações no âmbito do PNHR.

Art. 6º Constituem-se em instituições financeiras ou agentes financeiros do Sistema Financeiro da Habitação participantes do PNHR aqueles que venham a ser habilitadas pelo Agente Operador do FGTS, ficando responsáveis: I – pela recepção das propostas de participação no PNHR, formuladas pelos beneficiários do programa, na forma coletiva, exclusivamente; II – pela análise jurídico-cadastral e técnica dos projetos de execução de obras e serviços; III – pela contratação com os beneficiários do programa, contemplando subvenção e, quando for o caso, financiamento; IV – pela liberação dos recursos da subvenção aos beneficiários e acompanhamento da execução das obras e serviços; V – pela prestação de contas dos recursos repassados pela Caixa Econômica Federal, na qualidade de gestor operacional do PNHR, a título de subvenção; VI – por formalizar parceria com entidades organizadoras, de natureza pública ou privada, representativas dos grupos de beneficiários; e VII – por outras atividades que lhes venham a ser atribuídas pela Caixa Econômica Federal, no âmbito de suas competências como Gestor Operacional do PNHR ou Agente Operador do FGTS.

Art. 7º Em caso de utilização dos recursos da subvenção econômica em finalidade diversa da prevista na lei ou em desconformidade com os objetivos do PNHR, previstos nesta Portaria, será exigida a devolução ao Tesouro Nacional do valor da subvenção concedida, acrescida de juros e atualização monetária, com base na remuneração dos recursos que serviram de lastro à concessão da subvenção, sem prejuízo das penalidades previstas em lei.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIO FORTES DE ALMEIDA GUIDO MANTEGA

Ministro de Estado das Cidades Ministro de Estado da Fazenda

ANEXO I

PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA – PMCMV PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL – PNHR CONDIÇÕES COMPLEMENTARES PARA ATENDIMENTO AO GRUPO DE RENDA 1

1 As condições complementares para atendimento aos agricultores e trabalhadores rurais, cuja renda familiar bruta anual esteja enquadrada no Grupo 1, assim definido pelo inciso I do art. 8º, do Decreto nº 6.819, de 2009, encontram-se dispostas neste Anexo.

1.1 Sem prejuízo das atribuições que lhe são conferidas como gestor operacional do Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR, fica a Caixa Econômica Federal incumbida de atuar como

Agente Financeiro do referido programa, nos casos de concessão de subvenções aos beneficiários enquadrados no Grupo 1.

1.1.1 O Grupo 1 será atendido sem a constituição de operação de financiamento, em conformidade com o disposto no art. 9º do Decreto nº 6.819, de 2009, e do inciso III, do art. 13 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009.

1.1.2 As atribuições da Caixa Econômica Federal, como Agente Financeiro do PNHR, são aquelas definidas no art. 6º desta Portaria.

2 Os agricultores e trabalhadores rurais serão atendidos sob a forma coletiva, exclusivamente, por intermédio de entidades organizadoras, de natureza pública ou privada, representativas dos grupos de beneficiários.

2.1 Os grupos de beneficiários serão limitados a 50 (cinquenta) participantes.

2.2 É vedada a participação de entidades organizadoras que possuam fins lucrativos, restrições cadastrais de qualquer natureza ou que estejam em situação irregular com contratos firmados, na qualidade de partícipes ou intervenientes, com a Caixa Econômica Federal.

2.3 Constituem-se em atribuições das entidades organizadoras participantes do PNHR, perante a Caixa Econômica Federal, na qualidade de Agente Financeiro: a) encaminhar, na forma e condições por esta estabelecidas, suas propostas para fins de participação no programa; b) apresentar, sempre que solicitados, seus atos constitutivos e elementos que comprovem seu regular funcionamento; c) gerenciar as obras e serviços necessários à consecução do objeto dos contratos firmados no âmbito do PNHR, responsabilizando-se pela sua conclusão e adequada apropriação das obras e serviços pelos beneficiários finais; d) selecionar os beneficiários finais, observados os critérios normativamente definidos; e) responsabilizar-se, quando necessário, pelo aporte adicional de recursos necessários à produção ou conclusão das obras e serviços objeto do contrato; f) prestar contas dos recursos de subvenção repassados; g) fornecer, sempre que solicitadas, informações sobre as ações desenvolvidas referentes aos recursos de subvenção repassados; e h) outras que lhes venham a ser atribuídas pela Caixa Econômica Federal, no âmbito de suas competências como Gestor Operacional ou Agente Financeiro do PNHR.

3 A subvenção econômica do PNHR será concedida no ato da contratação da operação para produção ou aquisição de um único imóvel, uma única vez, e contemplará os itens e respectivos valores a seguir especificados: a) custo de edificação da unidade habitacional, limitado a R$ 10.000,00 (dez mil reais); b) execução do trabalho de assistência técnica, que corresponderá à elaboração dos projetos necessários à execução do empreendimento e à orientação técnica relativa à produção da unidade habitacional, ficando limitado a R$ 400,00 (quatrocentos reais), pagos à vista, por contrato firmado com o beneficiário final; c) execução do trabalho técnico-social, que

corresponderá ao custo dotrabalho de mobilização, orientação e participação dos beneficiários no projeto, ficando limitado a R$ 200,00 (duzentos reais), pagos à vista, por contrato firmado com o beneficiário final. d) custo de originação do contrato, correspondente a R$ 400,00 (quatrocentos reais), pagos à vista, para cada contrato firmado com o beneficiário final; e e) taxa de administração do contrato, correspondente a R$ 40,00 (quarenta reais), pagos à vista, para cada contrato firmado com o beneficiário.

3.1 O custo de edificação da unidade habitacional corresponderá ao custo de aquisição de materiais de construção para produção da unidade habitacional, admitido ainda a inclusão dos custos de contratação de mão-de-obra especializada e de legalização.

3.2 Os contratos destinados à aquisição de unidade habitacional pronta adotarão o limite de R$ 10.000,00 (dez mil reais), vedado o pagamento da subvenção destinada à execução de trabalho técnico-social e de assistência técnica, de que tratam a alínea "b" e "c" do item 3.

3.3 A subvenção econômica do PNHR poderá ser cumulativa com subsídios concedidos no âmbito de programas habitacionais dos Estados, Distrito Federal ou Municípios.

4 Os agricultores e trabalhadores rurais beneficiários do PNHR aportarão valor de contrapartida equivalente a 4% (quatro por cento) do valor repassado para fins de edificação ou aquisição da unidade habitacional.

4.1 A contrapartida será aportada em quatro pagamentos anuais e de igual valor, vencendo a primeira parcela no ano subsequente, no mesmo dia e mês de assinatura do contrato.

4.2 O valor de contrapartida aportado será recolhido pela Caixa Econômica Federal, na qualidade de Agente Financeiro, e creditado a favor do Tesouro Nacional.

5 As subvenções especificadas nas alíneas "a", "b" e "c" do item 3, deste Anexo, serão desembolsadas de acordo com a execução das obras e serviços, previstas em cronograma físico-financeiro de desembolso, parte integrante do contrato firmado com o beneficiário.

5.1 As obras e serviços serão executados no prazo máximo de vinte e quatro meses.

6 Os valores referentes à remuneração da Caixa Econômica Federal, na qualidade de Agente Financeiro, serão reavaliados anualmente, tendo por base os custos incorridos e o desempenho das operações no âmbito do PNHR.

ANEXO II

PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA – PMCMV PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL – PNHR CONDIÇÕES COMPLEMENTARES PARA ATENDIMENTO AOS GRUPOS DE RENDA 2 E 3

1 As condições complementares para atendimento aos agricultores e trabalhadores rurais, cuja renda familiar bruta anual esteja enquadrada nos Grupos 2 ou 3, assim definidos nos termos dos incisos II e III do art. 8º do Decreto nº 6.819, de 2009, encontram-se dispostas neste Anexo.

2 A subvenção econômica do PNHR será concedida somente no ato da contratação da operação de financiamento enquadrada nos programas de aplicação do FGTS e uma única vez para cada beneficiário final,com o objetivo de: a) facilitar a produção ou aquisição do imóvel residencial; b) complementar o valor necessário a assegurar o equilíbrio econômicofinanceiro das operações de financiamento realizadas pelos agentes financeiros.

2.1 A subvenção econômica será cumulativa, com os descontos habitacionais concedidos com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, nas operações de financiamento realizadas na forma do art. 9º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, definidos em regulamentação específica do Conselho Curador do FGTS e do Gestor da Aplicação.

2.2 A subvenção econômica do PNHR poderá ser cumulativa com subsídios concedidos no âmbito de programas habitacionais dos Estados, Distrito Federal ou Municípios, observadas as normas que regem os programas de aplicação do FGTS.

2.3 A concessão da subvenção econômica deverá guardar proporcionalidade com a renda familiar e o valor do imóvel, além de considerar as diferenças regionais.

3. Das condições de atendimento dos beneficiários finais

3.1 Os agricultores e trabalhadores rurais serão atendidos sob a forma coletiva, exclusivamente, por intermédio de entidades organizadoras, de natureza pública ou privada, representativas dos grupos de beneficiários.

3.2 Os grupos de beneficiários serão limitados a 50 (cinquenta) participantes.

4. Das Entidades Organizadoras

4.1 É vedada a participação de entidades organizadoras que possuam fins lucrativos, restrições cadastrais de qualquer natureza ou que estejam em situação irregular com contratos firmados, na qualidade de partícipes ou intervenientes, com o Agente Operador do FGTS ou com o Agente Financeiro das operações de financiamento.

4.2 Constituem-se em atribuições das entidades organizadoras participantes do PNHR, perante o Agente Financeiro: a) encaminhar, na forma e condições por este estabelecidas, suas propostas para fins de participação no programa; b) apresentar, sempre que solicitados, seus atos constitutivos e elementos que comprovem seu regular funcionamento; c) gerenciar as obras e serviços necessários à consecução do objeto dos contratos firmados no âmbito do PNHR, responsabilizando-se pela sua conclusão e adequada apropriação das obras e serviços pelos beneficiários finais; d) selecionar os beneficiários finais, observados os critérios normativamente

definidos; e) responsabilizar-se, quando necessário, pelo aporte adicional de recursos necessários à produção ou conclusão das obras e serviços objeto do contrato; f) prestar contas dos recursos de subvenção repassados; g) fornecer, sempre que solicitadas, informações sobre as ações desenvolvidas referentes aos recursos de subvenção repassados; e h) outras que lhes venham a ser atribuídas pelo Agente Operador do FGTS, pelo Gestor Operacional do PNHR ou pelo Agente Financeiro, no âmbito de suas competências legais.

5. A subvenção econômica do PNHR contemplará os itens e respectivos valores a seguir especificados: I – com o objetivo de facilitar a produção ou aquisição do imóvel residencial, pagos à vista, em espécie, por contrato de financiamento firmado com o beneficiário final: a) execução do trabalho de assistência técnica, que corresponderá à elaboração dos projetos necessários à execução do empreendimento e à orientação técnica relativa à produção da unidade habitacional, ficando limitado a R$ 400,00 (quatrocentos reais); b) execução do trabalho técnico-social, que corresponderá ao custo do trabalho de mobilização, orientação e participação dos beneficiários no projeto, ficando limitado a R$ 200,00 (duzentos reais). II – com o objetivo de complementar o valor necessário à assegurar o equilíbrio econômico-financeiro das operações de financiamento realizadas pelos agentes financeiros: a) custo de originação do contrato de financiamento, correspondente a R$ 400,00 (quatrocentos reais), pagos à vista, em espécie, para cada contrato firmado; b) taxa de administração, devida mensalmente, correspondente a R$ 21,66 (vinte e um reais e sessenta e seis centavos), paga à vista, em espécie, ao valor presente calculado à taxa de desconto de 12% (doze por cento) ao ano, no prazo da operação de financiamento; c) diferencial de juros, representado por acréscimo às taxas nominas dos financiamentos, correspondente a 2,16% (dois inteiros e dezesseis décimos por cento) ao ano, calculado com base no fluxo teórico do financiamento, pago à vista, em espécie; e d) taxa de risco de crédito, equivalente a 8,4% (oito inteiros e quatro décimos por cento), incidente sobre o valor de financiamento, paga à vista, em espécie.

6. A subvenção especificada no inciso I do item 5, deste Anexo, será desembolsada de acordo com a execução das obras e serviços, previstas em cronograma físico-financeiro de desembolso, parte integrante do contrato de financiamento firmado com o beneficiário.

6.1 As subvenções econômicas definidas no inciso I e na alínea “a” do inciso II do item 5, deste Anexo, aplicam-se, exclusivamente, nos casos de financiamentos concedidos para agricultores ou trabalhadores rurais cuja renda bruta familiar anual seja enquadrada no Grupo 2.

6.2 As subvenções econômicas definidas nas alíneas “b” e “c” do inciso II do item 5, deste Anexo, aplicam-se, exclusivamente, nos casos de financiamentos concedidos para agricultores ou

trabalhadores rurais cuja renda bruta familiar anual ultrapasse R$ 33.480,00 (trinta e três mil, quatrocentos e oitenta reais).

7 As subvenções definidas nas alíneas “b”, “c” e “d” do inciso II do item 5, deste Anexo, ficam limitadas a 75% (setenta e cinco por cento) do valor do saldo devedor inicial da operação de financiamento.

8 É facultado ao Agente Operador do FGTS e aos Agentes Financeiros firmarem seus respectivos contratos de empréstimo e financiamento prevendo a amortização da dívida sob a forma de prestações semestrais ou anuais.

9 Os valores referentes à remuneração dos Agentes Financeiros serão reavaliados anualmente, tendo por base os custos incorridos e o desempenho das operações no âmbito do PNHR.

II) ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DA HABITAÇÃO - PNHR

Programa Minha Casa Minha Vida / PNHR

Especificações Mínimas

Casa	
Projeto	Casa com sala / 1 dormitório para casal e 1 dormitório para duas pessoas / cozinha / área de serviço coberta (externa) / circulação / banheiro.
DIMENSÕES DOS CÔMODOS (Estas especificações não estabelecem área mínima de cômodos, deixando aos projetistas a competência de formatar os ambientes da habitação segundo o mobiliário previsto, evitando conflitos com legislações estaduais ou municipais que versam sobre dimensões mínimas dos ambientes)	
Dormitório casal	Quantidade mínima de móveis: 1 cama (1,40 m x 1,90 m); 1 criado-mudo (0,50 m x 0,50 m); e 1 guarda-roupa (1,60 m x 0,50 m). Circulação mínima entre mobiliário e/ou paredes de 0,50 m.
Dormitório duas pessoas	Quantidade mínima de móveis: 2 camas (0,80 m x 1,90 m); 1 criado-mudo (0,50 m x 0,50 m); e 1 guarda-roupa (1,50 m x 0,50 m). Circulação mínima entre as camas de 0,80 m. Demais circulações, mínimo de 0,50 m.
Cozinha	Largura mínima da cozinha: 1,80 m. Quantidade mínima de equipamentos: pia (1,20 m x 0,50 m); fogão (0,55 m x 0,60 m); e geladeira (0,70 m x 0,70 m). Previsão para armário sob a pia e gabinete.
Sala de estar/refeições	Largura mínima sala de estar/refeições: 2,40 m. Quantidade mínima de móveis: sofás com número de assentos igual ao número de leitos; mesa para 4 pessoas; e Estante/Armário TV.
Banheiro	Largura mínima do banheiro: 1,50 m. Quantidade mínima: 1 lavatório sem coluna, 1 vaso sanitário com caixa de descarga acoplada, 1 box com ponto para chuveiro – (0,90 m x 0,95 m) com previsão para instalação de barras de apoio e de banco articulado, desnível máx. 15 mm; Assegurar a área para transferência ao vaso sanitário e ao box.
Área de Serviço	Quantidade mínima: 1 tanque (0,52 m x 0,53 m) e 1 máquina de lavar roupas (0,60 m x 0,65 m).
Em Todos os Cômodos	Espaço livre de obstáculos em frente às portas de no mínimo 1,20 m. Deve ser possível inscrever, em todos os cômodos, o módulo de manobra sem deslocamento para rotação de 180° definido pela NBR 9050 (1,20 m x 1,50 m), livre de obstáculos.
CARACTERÍSTICAS GERAIS	
Área útil (área interna sem contar áreas de paredes)	36,00 m² (não computada a área de serviço)
Pé direito mínimo	2,30 m nos banheiros e 2,50 m nos demais cômodos.
Cobertura	Em telha cerâmica, sobre estrutura de madeira ou metálica. Nas Regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste admite-se telha em fibrocimento (espessura mínima de 6 mm), sobre estrutura de madeira ou metálica. Será obrigatório forro em madeira ou PVC ou laje de concreto nas Regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste e demais Regiões será exigido no banheiro. Largura mínima do beiral de 60 cm.
Revestimento Interno	Pintura sobre reboco ou gesso. Quando utilizada tecnologia inovadora, homologada pelo SINAT, seguir a diretriz do SINAT.
Revestimento Externo	Revestimento texturizado ou pintura acrílica sobre reboco. Quando utilizada tecnologia inovadora, homologada pelo SINAT, seguir a diretriz do SINAT.
Revestimento Áreas Molhadas	Azulejo com altura mínima de 1,50 m em todas as paredes do banheiro, cozinha e área de serviço. Quando utilizada tecnologia inovadora, homologada pelo SINAT, seguir a diretriz do SINAT.
Portas	Portas em madeira ou metálica. Batente em aço ou madeira. Vão livre de 0,80 m x 2,10 m em todas as portas. Previsão de área de aproximação para abertura das portas (0,60 m interno e 0,30 m externo).
Janelas	Em aço ou madeira. Vão de 1,20 m² nos quartos e 1.50 m² na sala, sendo admissível uma variação de até 5%.
Pisos	Cerâmico em toda a área interna da unidade e desnível máximo de 15 mm.
Ampliação da UH	Os projetos deverão prever solução de ampliação das casas.
INSTALAÇÕES ELÉTRICAS / TELEFÔNICAS	
Número de pontos de tomadas elétricas	2 na sala, 4 na cozinha, 1 na área de serviço, 2 em cada dormitório, 1 tomada no banheiro, 1 tomada ao lado do tanque e mais 1 tomada para chuveiro elétrico.
Número de pontos diversos	1 ponto de antena de TV na sala.
Iluminação	1 ponto em cada ambiente.
Número de circuitos	Prever circuitos independentes para chuveiro (dimensionado para a potência usual do mercado local), tomadas e iluminação.
Geral	Tomadas baixas a 0,40 m do piso acabado, interruptores e outros a 1,00 m do piso acabado.
DIVERSOS	
Reservatório	Reservatório de no mínimo de 500 litros ou de maior capacidade quando exigido.
Proteção da alvenaria externa	Em concreto com largura de 0,50 m ao redor da edificação com sistema de impermeabilização da fundação. Em frente ao tanque e porta da cozinha, largura mínima de 1,20 m.
Aquecimento Solar	Instalação opcional,para aquecimento da água do chuveiro. Sistemas aprovados/certificados pelo INMETRO/QUALISOL.
Cisterna Pluvial	Instalação opcional, em consonância com o Programa Cisternas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS.
Máquina de Lavar	Prever solução para máquina de lavar roupas (ponto elétrico, hidráulica e de esgoto).
INFRAESTRUTURA	
	Vias de acesso em condições de tráfego de veículos
	Sistema de abastecimento de água adequado às condições locais.
	Solução de esgotamento sanitário, sendo admitido fossa séptica e sumidouro
	Solução de energia elétrica adotada para a região, ou protocolo de pedido firmado pela Entidade Organizadora ou pelo beneficiário junto à Concessionária de Energia.
OBSERVAÇÃO	
	Os projetos arquitetônicos deverão apresentar compatibilidade com as características regionais, locais, climáticas e culturais da localidade/comunidade, mediante compensação na melhoria da unidade habitacional e comunicação a Secretaria Nacional de Habitação-SNH do MCidades.
Observação: Os projetos já internalizados nos Agentes Financeiros até a data de 04 de maio de 2012, terão o prazo para contratação até 30 de julho de 2012.	

REVISADO EM 03/07/2012